



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — Nº 129

SABADO, 30 DE SETEMBRO DE 1989

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituinte, e eu, Nelson Carneiro, presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 55, DE 1989

Autoriza a Companhia Energética de Minas Gerais — Cemig, a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 90,000,000.00 (noventa milhões de dólares americanos).

Art. 1º É a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, autorizada a contratar operação de crédito externo, nas condições financeiras do convênio de pagamentos recíprocos da República Federativa do Brasil e República da Argentina, com organismos financeiros argentinos, no valor de US\$ 90,000,000.00 (noventa milhões de dólares americanos) através de abertura de carta de crédito do Banco do Estado de Minas Gerais — Bemge e/ou outros organismos financeiros nacionais, destinada a financiar os equipamentos principais da Usina Hidroelétrica de Miranda, na região do Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de setembro de 1989. — Senador *Nelson Carneiro*, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição, e eu, Nelson Carneiro, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 56, DE 1989

Autoriza a República Federativa do Brasil a ultimar contratação de operação de crédito no valor de até FF. 22.097.000,00 (vinte e dois milhões, noventa e sete mil francos franceses).

Art. 1º É a República Federativa do Brasil, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, autorizada a ultimar a contratação de operação de crédito externo, com o Banco Nacional de Paris (BNP), no valor de até FF 22.097.000,00 (vinte e dois milhões, noventa e sete mil francos franceses), destinada à aquisição de vários equipamentos visando ao desenvolvimento do Programa de Sensoriamento Remoto e o Laboratório de Combustão e Propulsão do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), órgão vinculado à Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de setembro de 1989. — Senador *Nelson Carneiro*, Presidente.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral NCz\$ 17,04
Exemplar Avulso NCz\$ 0,11

Tiragem: 2.200-exemplares.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 142ª Sessão, em 29 de setembro de 1989

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Leitura de Projeto

— Projeto de Lei do DF nº 58/89, de autoria do Senador Pompeu de Sousa, que dá a denominação de "Parque da Cidade" ao "Parque Recreativo Rogério Pithon Se-rejo Farias".

— Projeto de Lei do Senado nº 307/89, de autoria do Senador Mendes Canale, que altera a redação dos artigos 43, 44, 47, 54, 77, 81, 83, 87, 93 e acrescenta parágrafo ao art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com redação dada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984 (Código Penal), os quais dispõem sobre penas restritivas de liberdade e interdição de direitos no homicídio.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — 47º aniversário da LBA.

SENADOR MÁRIO MAIA — Fortalecimento do Banco do Brasil.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Crise da cacauicultura. Tópicos do discurso do orador que o precedeu na tribuna.

SENADOR NEY MARANHÃO — Estudo comparativo da situação política atual com a de 1964, elaborado pelo prof. Antônio Lavareda.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Aprovação pela Comissão Diretora, em reunião de 28 do corrente, dos Requeri-

mentos nºs 489 e 490/89, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, 497 a 499/89, de autoria do Senador Jamil Haddad e 500/89, de autoria do Senador João Menezes.

1.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1989, de autoria do Senador João Menezes e outros Senhores Senadores, que altera os prazos estabelecidos no § 6º do art. 14, para desincompatibilização do Presidente da República, dos Governadores de Estado, do Distrito Federal e dos Prefeitos, *Votação adiada*, nos termos regimentais.

Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1986 (nº 3.332/84, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para estender aos empregados da indústria petroquímica e de refinação de petróleo, sujeitos ao regime de escala de revezamento, direito à jornada de trabalho de seis horas. *Declarado prejudicado. Ao Arquivo.*

Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1986 (nº 4.048/84, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — (FGTS) e dá outras providências. *Declarado prejudicado. Ao Arquivo.*

Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1986 (nº 1.934/83, na Casa de origem), que garante a todo contribuinte da Previdência Social com 10 (dez) ou mais anos de contribuição, e a seus dependentes, assistência médica integral. *Declarado prejudicado. Ao Arquivo.*

Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1986 (nº 3.363/84, na Casa de origem), que

acrescenta parágrafo ao art. 643 da Consolidação das leis do Trabalho. *Declarado prejudicado. Ao Arquivo.*

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JARBAS PASSARINHO, como Líder — Projeto de lei de sua autoria, que dispõe sobre a composição territorial da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste, para efeito da política de desenvolvimento, promovida pela União.

SENADOR JOÃO MENEZES — Decisão do Tribunal Superior do Trabalho sobre o reajuste salarial dos funcionários do Banco do Brasil. Viagem de S. Exª a Londres, como delegado da União Interparlamentar.

SENADOR OLAVO PIRES — Trabalho elaborado pela Prelazia de Guajará-Mirim, liderado pelo Bispo Dom Geraldo Verdier, intitulado "proteção ao Santuário ecológico do Guaporé".

SENADOR RUY BACELAR — Cultura do sisal no Nordeste.

1.3.2 — Designação da Ordem do dia da próxima sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — PORTARIA DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL

— Nº 50/89

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 142ª Sessão, em 29 de setembro de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura Presidência do Sr. Pompeu de Sousa

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aureo Mello — Olavo Pires — João Menezes — Jarbas Passarinho — Edison Lobão — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Francisco Rollenberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Bacerlar — Gerson Camatã — João Calmon — Jamil Haddad — Ronan Tito — Severo Gomes — Pompeu de Sousa — Mendes Canale.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— A lista de presença acusa o comparecimento de 4 Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário:

São lidas os seguintes

PROJETO DE LEI DO DISTRITO FEDERAL

Nº 58, DE 1989

Dá a denominação de "Parque da Cidade" ao "Parque Recreativo Rogério Pithon Serejo Farias".

O Senado Federal decreta:

Art. 1º O "Parque Recreativo Rogério Pithon Serejo Farias", de que trata o Decreto nº 4.211, de 16 de junho de 1978, do Governador do Distrito Federal, passa a denominar-se "Parque da Cidade".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A denominação dos lagradores públicos deve guardar estrita correspondência com os elementos formadores da cultura de sua população usuária. Em geral, nas cidades tradicionais, seus nomes decorrem dessas mesmas raízes culturais e da forma como tais espaços são apropriados e vivenciados pela população.

No caso de Brasília, a peculiaridade de a cidade ter sido projetada e construída anteriormente à formação social de uma cultura própria, determinou que os lagradores e equipamentos urbanos tivessem denominação neutra, alfanumérica, e, por isso mesmo, deixassem de prestar homenagens pessoais.

O "Parque Recreativo Rogério Pithon Serejo Farias" contrasta com esta diretriz e não nos parece que haja — a despeito dos eventuais méritos pessoais que o homenageado pos-

suísse — qualquer sentimento social expressivo que viesse justificar a exceção à regra.

Pelo contrário, o "falar do povo" se refere àquele importante equipamento de lazer como "Parque da Cidade", denominação corrente que buscamos, com este projeto, institucionalizar.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 1989.
— Senador Pompeu de Sousa.

(À Comissão do Distrito Federal — competência terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, DE 1989

Altera a redação dos arts. 43, 44, 47, 54, 77, 81, 83, 87, 93 e acrescenta parágrafo ao art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com redação dada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984 (Código Penal), os quais dispõem sobre penas restritivas de liberdade e interdição de direitos no homicídio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com redação dada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984 (Código Penal) passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 43.

I —

II — interdição permanente ou temporária de direitos.

Art. 44.

I — aplicada pena privativa de liberdade inferior a 1 (um) ano.

Art. 47. As penas de interdição permanente ou temporária de direitos são:

Art. 54. As penas restritivas de direito são aplicáveis, independentemente de cominação na parte especial, em substituição à pena privativa de liberdade, fixada em quantidade inferior a 1 (um) ano.

Art. 77. A execução da pena privativa de liberdade não inferior a 2 (dois) anos poderá ser suspensa por 2 (dois) anos a 4 (quatro) anos, desde que:

I — o condenado não seja reincidente em crime culposo ou doloso;

Art. 81.

I — é condenado, em sentença irrecorrível, por crime culposo ou doloso;

IV — descumpre qualquer outra condição imposta ou é irrecorrivelmente condenado por crime culposo ou por contravenção a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.

Art. 83.

I — cumprido mais de um terço da pena, se o condenado não for reincidente em crime culposo ou doloso e tiver bons antecedentes;

II — cumprida mais da metade, se o condenado não for reincidente em crime doloso.

Art. 87. O juiz deve revogar, também, o livramento se o liberado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença ou for irrecorrivelmente condenado, por crime ou contravenção, a pena que não seja privativa de liberdade.

Art. 92 — São, também, efeitos da condenação:

III — a inabilitação para dirigir veículo quando utilizado como meio para a prática de crime doloso;

IV — a inabilitação para dirigir veículos nos crimes culposos de trânsito quando houver reincidência.

Art. 93.

Parágrafo único. A reabilitação poderá, também, atingir os efeitos da condenação, previstos no art. 92 deste Código, vedada reintegração na situação anterior, nos casos dos incisos I, II, III e IV do mesmo artigo.

Art. 2º O art. 121 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido dos §§ 6º e 7º:

Art. 121.

§ 3º Se o homicídio é culposo:

Pena — detenção de 1 (um) a 3 (três) anos.

§ 6º No homicídio culposo de trânsito, quando o agente é condenado em sentença irrecorrível:

Pena — detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e suspensão temporária de autorização ou de habilitação para dirigir veículo pelo prazo de 1 (um) a 12 (doze) meses.

§ 7º No caso de reincidência:

Pena — detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e interdição permanente do direito de dirigir veículo.

Art. 3º O Poder Executivo fará republicar o Código Penal, com seu texto atualizado, seis meses após a publicação desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogados o parágrafo único do art. 44, e o § 1º do art. 81 e demais disposições em contrário.

Justificação

Não existe no Direito Penal punição rigorosa para os delitos de trânsito.

A Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984, que atualizou a Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), pela primeira vez se refere expressamente aos crimes de trânsito

nos artigos 47 e 57 da Parte Geral do Código vigente.

Verifica-se, de acordo com a nova orientação dada ao Código Penal, uma tendência para aplicar as penas restritivas de liberdade somente nos casos extremamente necessários. Encontra-se na sua Exposição de Motivos a justificativa para tal posicionamento, que decorre de razões fundamentadas em fator de relevante valor social. Alega-se que o sistema penitenciário de que dispomos nem sempre possibilita a efetiva correção do delinqüente. Criminosos condenados por delito menos graves são obrigados a conviver com elementos da mais alta periculosidade, o que representa sério entrave à sua recuperação.

É desejável que a pena além do seu caráter retributivo, tenha a finalidade de corrigir e readaptar o condenado à vida em sociedade. Não nos parece, contudo, em que pesem às razões apontadas, que delitos da maior gravidade sejam apenas com sanções tão brandas, que não se têm mostrado eficazes para coibir os crimes de trânsito. Dispomos, presentemente, de penalidades que pouco ou nenhum poder intimidativo oferecem aos infratores das suas leis específicas. Prisão simples por prazo inferior a 1 (um) ano, penas pecuniárias com valores defasados, interdição temporária de direitos, prestação de serviços à comunidade representam medidas que estão a exigir urgente revisão.

Eis as razões que nos levam a apresentar o presente projeto de lei, com o objetivo de refrear o generalizado descaso dos condutores pelas cautelares e cuidados na direção de veículo, e o desprezo pelas regras técnicas de dirigir.

É sabido que os riscos de circulação não decorrem apenas da falta de punições rigorosas para as infrações cometidas. Acreditamos, porém, que a ação mais repressiva do Estado contra aqueles que provocam inconseqüentemente sérios e graves danos a outrem, pondo em risco a sua vida e a sua saúde, representa valiosa contribuição para desestimular a expansão da criminalidade, mediante mais severa aplicação da justiça penal.

Ante o exposto, propomos, no presente projeto de lei, que a pena restritiva de direito (interdição do direito de dirigir veículo) seja pena acessória das penas restritivas de liberdade, em vez de substitutivas; que a suspensão do direito de dirigir além de temporária, faça-se, também, de maneira permanente, de acordo com a gravidade do delito, enfim, que a suspensão condicional da pena e o livramento condicional representem benefícios concedidos apenas aos condenados por crimes de menor relevância, vedada a sua concessão aos reincidentes em crimes culposos ou dolosos.

Em razão do alto propósito deste projeto de lei, que visa à proteção e à segurança de quantos utilizam as vias de circulação, contamos com a sua acolhida pelos meus ilustres pares.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 1989.
— Senador Mendes Canale.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — competência terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)
— Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)
— Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Brasil inteiro conhece, aplaude e acompanha a dinâmica atuação da LBA no que tange aos múltiplos programas de assistência social que desenvolve, tais como as creches-casulo; complementação alimentar às gestantes, às nutrízes e crianças até três anos de idade; ensino profissionalizante; assistência aos idosos; atendimento imediato às camadas mais vulneráveis das populações carentes, principalmente por ocasião das calamidades públicas e flagelos, tais como inundações e secas.

Agora, no momento em que a LBA completou 47 anos de existência, integralmente voltados para o desenvolvimento social da Nação brasileira, a Exm^a Senhora Marly Sarney, na qualidade de Presidente do Conselho Consultivo da LBA e Presidente de Honra do Programa Nacional de Voluntariado, dirigiu uma Mensagem especial de cumprimentos e felicitações a todos os servidores e colaboradores da LBA pela passagem do 47º aniversário da Entidade que surgiu em 1942, quando foi fundada pela inesquecível Primeira Dama, Senhora Darcy Vargas, a primeira Presidente da Entidade.

Atendendo a importância e alto significado dessa Mensagem, como estímulo a todos quantos trabalham na LBA, requiero a sua incorporação ao texto deste meu conciso pronunciamento, bem como de um documento semelhante, do atual Presidente da Entidade Dr. Irapoan Cavalcanti.

— Esses documentos assinalam a essencialidade dos trabalhos realizados pela LBA desde 28 de agosto de 1952 até o presente momento, quando a Instituição se encontra consolidada e expande o elenco dos seus serviços e atividades, em benefícios dos segmentos mais pobres e desassistidos da população brasileira.

Não preciso alongar-me sobre o assunto, mesmo porque já reuni, em volume editado pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, os principais discursos que proferi sobre "A Fundação LBA como Instrumento de Justiça Social a Serviço da População Carente do Brasil", no período de 1979 a 1983.

Desde então, sempre que se me oferece oportunidade, continuo ocupando a tribuna do Senado Federal para anunciar, divulgar e enaltecer as realizações da Fundação LBA na execução da sua complexa programação, através de variadas linhas básicas de atendimento, convergindo para as crianças, os idosos e as vítimas das calamidades eventuais, ou seja, a prestação de assistência às populações mais vulneráveis e carentes, mediante o estudo das situações e problemas a serem

resolvidos no contextos de uma política nacional realista de Assistência Social.

Felicitto, portanto a Exm^a Senhora Marly Sarney que, seguindo as diretrizes e o nobre exemplo de Dona Darcy Vargas, coadjuvada pelo Dr. Irapoan Cavalcanti, Presidente da Entidade, e pela Senhora Maria do Carmo Vilaça, eficiente dirigente do Pronav — Programa Nacional do voluntariado lograram conquistar com êxito integral, os objetivos pré-estabelecidos para a LBA desde 1988 até o presente momento.

O desempenho excepcional, evidenciado pelos resultados obtidos e comentados no recém publicado relatório da Fundação LBA, deve ser ressaltado, com os irrestritos aplausos de toda a Nação brasileira que, de longa data, acompanha o seu crescente desempenho, em benefício das populações carentes. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

RESENHA

Coordenadoria de Comunicação Social da LBA

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1989 (Segunda-feira)

EDIÇÃO ESPECIAL

LBA, 47 anos de desenvolvimento social

A Presidente do Conselho Consultivo da LBA, Senhora Marly Sarney, e o Presidente da Entidade, Irapoan Cavalcanti, dirigem mensagens a todos os servidores, destacando a importância da passagem de mais um 28 de agosto. Nelas, ressaltam o trabalho da instituição, ontem e hoje, e defendem com firmeza a sua plena integridade no futuro, para sempre.

AO SERVIDORES DA LBA

Como Presidente do Conselho Consultivo da LBA e como Presidente de Honra do Programa Nacional de Voluntariado, dirigindo o Pronav ao lado da minha amiga Maria do Carmo Vilaça, desejo cumprimentar a todos os que trabalham na LBA pela passagem do 47º aniversário da criação da entidade. Ela surgiu de um momento de amor fraterno e cristão, sintetizado num gesto da Senhora Darcy Vargas, sua primeira Presidente. E cresceu através de quase meio século, de grande trabalho, sem se afastar do compromisso que a originou. Socorrer, apoiar, ajudar e sobretudo libertar os que mais necessitam da ação do Governo para sobreviver e encontrar caminhos que o destino não lhes abriu em suas vidas. Somos 150 mil voluntários e entre esses posso incluir o Presidente Sarney, que jamais faltou com seu apoio a esta instituição. Somos voluntários e testemunhas de um processo de desenvolvimento social que se realiza e compensa os nossos esforços e a nossa vontade de ajudar. E também nossos esforços para mudar a nossa sociedade para melhor, reduzindo a distância que separa os que nada têm de suas próprias esperanças. A LBA cresceu muito no Governo José Sarney. Ela atendia há poucos anos 4 milhões de pessoas. No ano passado,

atingiu a 14 milhões de atendimentos. Os números falam por si por nosso trabalho. Ao cumprirmos a todos os que trabalham na LBA, sua direção, seus servidores, destaco o compromisso da entidade com o social, que continua vivo através do tempo, e a integridade que há de manter esta Instituição, hoje e sempre, em favor dos que mais sofrem e mais necessitam de nossa ajuda. — *Marly Sarney*, 28 de agosto de 1989.

AOS COLEGAS DA LBA

A LBA, criada em momento dos mais importantes e decisivos da história de nosso País, pela inspiração da Sra. Darcy Vargas, completa hoje, para orgulho de todos quantos trabalham nesta Casa, 47 anos de existência, que não representam apenas o passar de quase meio século, mas sim um período de intenso e cada vez maior trabalho, mais intensa e maior luta pelas populações carentes e desprotegidas de um País imenso como o nosso, cujos desafios estão na proporção de suas dimensões e de seu número de habitantes. Ontem, a LBA surgia para dar apoio social às famílias dos soldados que foram aos campos da Itália lutar contra o nazismo e o fascismo. Hoje, a LBA aqui está para lutar contra a miséria e a pobreza que sufocam milhões e milhões de brasileiros nossos irmãos. De 1942 para 1989, uma realidade se nos apresenta. E com base nesse espaço de tempo, que abriga várias gerações, poderiam alguns pensar que a comemoração de agora seria contemplativa de muitos anos que se passaram. Ao contrário. A contemplação do passado nos dá força e disposição para mudarmos o presente e projetarmos para o futuro uma instituição como a nossa, que é, de fato, imortal e eterna. Imortal e eterna enquanto existir uma pessoa com fome, uma criança sem creche, um excepcional sem poder pagar por sua reabilitação, um brasileiro sem registro civil, sem documentos, sem assistência judiciária. A LBA será eterna enquanto houver uma família sem ter uma creche onde deixar seu filho alimentado e em segurança. Eterna a LBA é, também, na vocação de 150 mil voluntários e voluntárias que dão seu esforço e seu suor, a nosso lado, desinteressadamente, contribuindo de força espontânea para o desenvolvimento social de nosso País. E por falar na força do voluntariado, não posso deixar de me referir a duas figuras extraordinárias, que refletem bem a herança de Darcy Vargas, cuja memória paira sobre esta casa. Eu me refiro à Sra. Marly Sarney, Presidente de Honra do Programa Nacional de Voluntariado e Presidente do Conselho Consultivo da LBA, e à Sra. Maria do Carmo Vilaça, Coordenadora Nacional do Pronav.

Houve um tempo em que se pensou no Brasil em socorrer à pobreza, minimizar seus efeitos, reduzir a dor dos que nela vivem sufocados. E assim atuava a LBA, fiel a seus princípios e a seu tempo. Mas hoje vemos que, além dessa ação, temos que realizar uma outra, ainda mais importante: temos que partir para que, com nossas ações e nossos instrumentos de realização, que são os nossos diver-

sos e diversificados programas, possamos, através do tempo, eliminar a miséria, libertando aos que hoje ajudamos de que eles amanhã voltem a bater às nossas portas. Por isso, estão aí programas como o de creches, com mais de 2 milhões de crianças, o de registro civil, que atendeu mais de 2 milhões e 500 mil pessoas no ano passado, o de complementação alimentar, o de cursos profissionalizantes e o de formação de microempresas sociais, para citarmos apenas, alguns daqueles que realizamos.

E foi através desses programas que, no ano passado, pudemos fazer 14 milhões de atendimentos. E só pudemos fazer isso porque a LBA, a partir da ministração do Ministro Marcos Vilaça, soube modernizar-se e ao mesmo tempo fazer justiça aos seus 9 mil servidores. A Casa hoje, em 89, nos seus 47 anos, reflete a plena união e identidade de propósitos entre sua direção e o seu corpo de funcionários. E isso é fundamental no momento em que o Congresso Nacional está às vésperas de aprovar uma Lei Orgânica da Assistência Social. Aí está a origem de tudo, a LBA, primeiro movimento organizado de assistência do Brasil, em 1942, ao nascer. E hoje, 47 anos depois, é a maior agência de desenvolvimento social do Governo e do País. Que ela viva sempre, cada vez crescendo mais, cada vez atuando mais, cada vez trabalhando mais, para reduzir da face nacional a miséria e que, para ser afastada, depende de uma entidade como a nossa — a LBA de ontem, a LBA de hoje, a LBA de amanhã. Cujo crescimento e modernização nos orgulha e nos permite olhar, não apenas o passado, mas nosso trabalho no presente e para o futuro. A cada um dos meus colegas da LBA, os meus cumprimentos e o meu abraço. — *Irapuan Cavalcanti*, 28 de agosto de 1989.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Pronuncia o seguinte discurso. — Sr. Presidente, Srs. Senhores, como sabem V. Ex. nasci em uma terra muito distante, que antes de ser Estado se incorporou ao Brasil como Território. No meu tempo de menino, naquela cidade nascente, que passou a ser a Capital do Acre, Rio Branco, as autoridades destacadas naquela entidade nova ou noviça da Federação, eram: o Interventor, que era nomeado pelo Presidente da República; o Juiz federal; o Padre; o Capitão dos Portos, porque tinha Capitania dos Portos e o gerente do Banco do Brasil.

O Banco do Brasil, nobre Sr. Presidente Srs. Senadores, creio ser uma instituição muito cara aos brasileiros; com alto grau de respeitabilidade e carinho no seio da consciência do nosso povo.

É por isso, Sr. Presidente, que hoje as peripécias por que passa esta instituição financeira, respeitada e querida dos brasileiros, nos deixa aflitos pela situação em que se encontra e as dificuldades que vem atravessando.

Não somos economistas, somos médicos de província, entendemos muito pouco de economia, mas nos acostumamos a querer bem e respeitar o Banco do Brasil porque é uma instituição muito sólida e que para nós, desde criança, representava uma coisa muito significativa para a fisionomia nacional e internacional de nosso País.

Eis por que as nossas preocupações fundamentadas em informações de funcionários do Banco do Brasil; funcionários graduados, pessoas responsáveis, se traduzem nesta manhã, nos comentários que passo a ler Sr. Presidente:

Uma das primeiras medidas que o Governo do PDT, liderado pelo Dr. Leonel Brizola, vai adotar na área econômica será a estatização do Banco Central. Hoje, como sabemos, o Banco Central é um feudo, um enclave do sistema bancário privado. Na velha República dos militares, a imagem do Banco Central já era lastimável tal seu comprometimento com as elites financeiras do País. A partir da nova República esta situação foi agravada, mesmo contrariando a posição da grande maioria do quadro de funcionários do Banco Central. A nova República não só evitou corrigir os desmandos de sua alta direção, como piorou a situação geral do Banco. O Ministério da Fazenda é o grande responsável por isto. O que, aliás, não é novidade. O Ministério da Fazenda age como um elefante dentro de um supermercado. É destrutivo, demolidor. Vide, além do comprometimento da imagem do Banco Central, o descalabro ocorrido no controle das mensalidades escolares, a derrocada da política econômica, redundando em completo fracasso em todas as frentes nas quais o Ministério da Fazenda se dispôs a atuar.

Dentre todos esses fracassos do Ministério da Fazenda, um deles, especialmente, causa muita estranheza e grande perplexidade. É o que se relaciona ao Banco do Brasil.

Entre nós, que freqüentamos este Plenário como representantes de nossos Estados e populações, talvez exista um ou outro ingênuo, uma ou outra pessoa relativamente simples, cujo grau de vivacidade seja, ainda, enquadrado nos limites da categoria dos ingênuos. Entre estes posso até estar incluído. Mas, bobos não existem. Estes são matéria há muito extinta neste Plenário. Por isto, sabemos muito bem que, no Programa de Privatização de Estatais do Governo, muita coisa tem que ser explicada, tem que ser devidamente esclarecida. É o caso, por exemplo, do Banco do Brasil.

O Programa de Privatização do Governo assemelha-se, pela estratégia, ao Programa Nuclear. Neste, existem dois: o Programa oficial, público, explícito e, por trás das cortinas, existe o programa paralelo, restrito, implícito. No Programa de Privatização acontece o mesmo. Existe o oficial, explícito, público e, camufladamente, até creio eu, à revelia do conhecimento do Senhor Presidente da República existe o oficioso, paralelo, restrito, implícito, o nebuloso. No Programa de Privatização oficial encaminhado ao Congresso, são 18 as estatais a serem privatizadas. No programa paralelo não

se sabe quantas e nem quais são. Percebe-se que o Banco do Brasil é uma das vítimas desse malsinado projeto privatista. A Petrobrás, a Vale do Rio Doce, entre outras grandes empresas do Estado, também fariam parte do rolo compressor privatista.

O Banco do Brasil vem sendo sistematicamente massacrado pelos tecnocratas da nova República, desde a alegada e mentirosa inconveniência da manutenção da conta-movimento no Banco, sob os mais diversos e inconsistentes argumentos, inclusive o de que esta seria uma conta inflacionária. Na verdade, o que existe por trás dessa operação de extinção da conta-movimento é o de sempre: os grupos nacionais e internacionais interessados em limitar o espaço do Banco do Brasil e em ampliar o dos bancos privados. Esta é que é a verdade! Esta operação ocorreu em 1987, oportunidade em que o PDT se posicionou firmemente não apenas contra esta operação, mas contra o Plano Cruzado e contra toda a política econômica do Governo. Os fatos estão aí; basta investigar os anais desta Casa e os arquivos da imprensa. Nestes está registrada a solidão do nosso Partido ao condenar à ação do Governo na área econômica. A voz do Dr. Leonel Brizola foi a única a se levantar contra a farsa do Plano Cruzado. Hoje todos a condenam.

O que resultou da extinção da conta-movimento foi o enfraquecimento estrutural e progressivo do Banco do Brasil até chegar a um prejuízo, hoje, da ordem de 5 bilhões e 500 milhões de dólares. Repito, Srs. Senadores: US\$ 5,5 bilhões, consequência da diferença entre os juros pagos aos correntistas de sua poupança rural e os pagamentos dos empréstimos contraídos pelos produtores, baseados em OTN congelada pelo Plano Verão.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MÁRIO MAIA — Com prazer, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Mário Maia, infelizmente não ouvi o início do pronunciamento de V. Exª, mas quando chegava, ouvi V. Exª falar sobre a condenação do Dr. Leonel Brizola ao Plano Cruzado. Recordo-me muito bem que a tese do Dr. Leonel Brizola era a de que o Plano Cruzado iria sacrificar os salários dos trabalhadores, e que isso acarretaria uma recessão no País. Ele atacava o lado errado, porque aconteceu o inverso, quer dizer, ele estava mal informado, estava atirando no escuro, e quando o Plano Cruzado fracassou por outras razões ele começou a achar que havia previsto o que iria ocorrer quando não foi. Se V. Exª realmente ler os pronunciamentos do Sr. Leonel Brizola, à época, V. Exª vai ver que o tiro estava totalmente errado. Ele estava procurando atingir um alvo que não era o certo. Ontem, parece-me que V. Exª também falou a respeito da sucessão, fico feliz em saber que todos estão acreditando nos resultados das pesquisas. Aquelas pesquisas que estavam sendo fraudadas, agora não são corretas, porque estão mostrando a realidade.

O SR. MÁRIO MAIA — Pelo contrário, ontem eu estava criticando a não credibilidade das pesquisas.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Mas estava feliz. No meu entender, as pesquisas são corretas, a maneira de divulgá-las é que pode ser incorreta.

O SR. MÁRIO MAIA — Exatamente, é esse o ponto que sempre tenho acentuado, nobre Senador.

O Sr. Jutahy Magalhães — Acho que V. Exª pode ter uma surpresa. Existe um elemento da esquerda que está avançando aos poucos e pode atrapalhar o Dr. Leonel Brizola.

O SR. MÁRIO MAIA — Agradeço as considerações que V. Exª está fazendo do remoto, do ontem, sobre as pesquisas. Mas sempre tenho me manifestado aqui com respeito às pesquisas, e não foi a primeira vez ontem; já duas ou três vezes tenho feito referências, até em apertes e considerações individuais, colocando em dúvida a utilização da pesquisa. Tenho até feito essa ressalva de que não coloco em dúvida a técnica e a ciência de se fazer a pesquisa, porque são, naturalmente, pessoas que estudaram e estão preparadas para fazer a arrecadação dos dados no meio do povo. O que condenamos sempre foi a manipulação desses dados, quer dizer, não são os órgãos que fazem a pesquisa mas a mídia que informa os dados da pesquisa utilizando, em determinado momento, informações, escondendo uns dados e enfatizando outros, escamoteando determinados dados para dar a impressão de que aquilo está acontecendo no todo, quando está acontecendo na parte.

Um dos diretores de um desses órgãos de informação Sr. Montenegro, protestou contra a mídia informativa, dizendo que estavam manipulando os dados erradamente, uma vez que escamoteavam 53% daqueles que não tinham preferência e não haviam escolhido ainda os dados.

Quanto à denúncia que o nosso Líder fez, 6 dias após a decretação do Plano Cruzado, achamos que ele não poderia detalhar onde erraria, e não sei fazer uma análise mais profunda da ciência econômica, se ele atirou no que viu e acertou no que não viu, mais o fato é que o seu instinto, o seu faro, o levou a ver que não iria dar certo, como muitos estavam vendo, porque não se podia decretar, de repente, a extinção da inflação através de um ato de cima para baixo, um simples decreto. E foi isso que foi denunciado e realmente os fatos começaram a acontecer, mostrando que não dava certo mesmo. Infelizmente não deu certo, porque as premissas em que o plano foi baseado não estavam corretas. E até hoje continuamos, com o "Plano Cruzado", o "Plano Bresser", o "Plano Verão", patinando nessa situação com a inflação que agora vai acima de 30%, 35%. E não sabemos para onde vamos. O fato é que até agora não foi feito diagnóstico da doença inflacionária, pois se houvesse sido feito já estaríamos fabricando a vacina contra a inflação para vacinar o organismo nacional e criar anticorpos contra ela.

O fato é que todo mundo estuda, estuda, e até hoje ainda não se descobriu as causas verdadeiras da inflação que está aí impertinente presente.

Continuando, Sr. Presidente e Srs. Senadores, voltemos à situação do Banco Brasil.

Como tudo isto aconteceu? É simples. A partir da extinção da conta-movimento, o Banco do Brasil continuou aplicando recursos na área agrícola — mas, por ordens do próprio Governo, desta vez eram recursos próprios, impossíveis de serem ressarcidos, o que antes ocorria mecanismo da conta-movimento.

Na ocasião, foi afirmado peremptoriamente que os recursos necessários à agricultura seriam originários do Governo. Entretanto, isto jamais ocorreu. Quem vem financiando as chamadas "supersafras" do Governo Sarney é o Banco do Brasil com recursos próprios e sem retorno. A inadimplência do setor rural já chega, segundo os cálculos de técnicos do Banco do Brasil, a 4,7 bilhões de cruzados novos.

Agora, cito palavras textuais do Sr. Cyro Vergosa, que é o Presidente da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil e é um funcionário antigo do Banco, inclusive já aposentado. Portanto, uma pessoa que galgou todos os degraus da carreira nessa instituição e é um homem altamente bem informado. Sobre esse mesmo assunto, ele fala:

"Agora a corda está no pescoço da área rural brasileira. Não há recursos para o custeio da safra 89/90. As projeções do Ministério da Agricultura indicam a necessidade de NCz\$ 13 bilhões. O Governo dispõe de apenas NCz\$ 7,8 bilhões. De onde sairá o restante?"

Agora, somos nós que perguntamos: os recursos sairão novamente do Banco do Brasil? Seria a continuação da estratégia de enfraquecimento progressivo? Seria estratégia de dar espaços aos grandes grupos financeiros, conglomerados nacionais e estrangeiros? Enfim, qual o real significado de uma iniciativa tão danosa quanto essa contra uma instituição tão querida dos brasileiros.

A estratégia do programa paralelo de privatização, no caso do Banco do Brasil, parece-nos ter dupla face. De um lado, a destruição do banco pelo enfraquecimento deliberado e progressivo de seu poder econômico; de outro, a destruição moral através de uma campanha maciça pelos meios de comunicação, usando para isto até uma confrontação com o Judiciário para abalar estruturalmente uma das mais antigas e respeitáveis instituições da história brasileira e seu delicado e competente corpo de funcionários.

O Banco do Brasil sempre respondeu por 85% dos financiamentos agrícolas do País. Ele não poderá continuar por mais tempo, pois não há recursos. E os prejuízos causados pela má condução da política econômica são por demais elevados. Nenhum negócio honesto poderá render mais do que 50% ao mês. Então, todo dinheiro está girando na ciranda financeira, no cassino do *overnight*, onde alguns ganham fortunas e toda a Nação perde.

Os donos dos bancos privados, entre sorrisos cúmplices, esfregam as mãos ao constatar que conseguiram afastar o Banco do Brasil de sua vocação histórica, a de maior banco rural do Mundo.

Além de todos os problemas estruturais do nosso País, os brasileiros, em curto prazo, ainda passarão por grave crise de alimentos. É a herança da Nova República.

O Governo José Sarney criou este problema, ele não o recebeu da velha república. Permitam-me que acrescente: o PMDB tem uma grande parcela de responsabilidade nesses acontecimentos. Ele não pode fugir, agora, da responsabilidade neste momento da campanha eleitoral quando foi participante efetivo, com a maioria dos ministros decidindo em nome do PMDB.

Talvez seja a mais grave e urgente crise que o novo Governo há de enfrentar.

O PDT está preparado. Leonel Brizola, auxiliado por competentes e bem intencionados ministros e pelos funcionários do Banco do Brasil, fará a secular instituição retornar aos seus originais e verdadeiros trilhos.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, minha condição de homem público, bem como as responsabilidades que me foram delegadas por meus eleitores impelem-me a ocupar novamente esta tribuna para tratar de uma questão que, de tão repetida, se vem tornando familiar, assumindo aspectos de rotina, e poderia revestir-se de completa monotonia, não fossem suas graves conseqüências, com desastrosas implicações na vida social e lamentável perdas para a nossa economia.

Não me importa que seus apelos e minhas denúncias soem rotineiros: mais insistência ainda demonstrarei quanto mais surdos se fizerem aqueles a quem dirigi minhas palavras, e com redobrado fervor voltarei a ocupar esta tribuna quanto mais negligência e inércia se verificar por parte das autoridades às quais compete resolver ou minimizar a crise que vem afetando a cacauicultura no Brasil.

Nosso País, ao longo de sua História, tem tido um comportamento estranho e ingrato em relação a alguns setores produtivos da nossa economia, especialmente da agropecuária. É ingrato esse comportamento, porque, depois de se beneficiar com os impostos, os lucros, as divisas, a riqueza proporcionados por esses setores, abandona-os à própria sorte quando acometidos por alguma crise, seja ela de origem intestina ou gerada por fatores externos adversos; é estranha essa atitude, porque, ao abandonar os segmentos da produção e crise, mata a "galinha dos ovos de ouro", impede o ressurgimento da riqueza, revelando miopia e incúria no trato dos interesses públicos.

Há apenas três meses, denunciei, aqui neste Plenário, a situação extremamente grave em

que se encontram todos aqueles que, de uma forma ou de outra, têm no cacau o seu meio de vida. Essa atividade vem sofrendo duros revezes nos últimos três anos, em função da vertiginosa queda dos preços internacionais, em conseqüência da queda da produção — provocada por longa estiagem —, e, pelos efeitos nocivos de uma política econômica desastrosa que o Governo não soube ou não quis reparar.

Há poucos dias, a cacauicultura brasileira sofreu mais um duro golpe, em razão da fracassada reunião da Organização Internacional do Cacau, ocorrida em Londres. A conseqüência imediata desse fracasso foi uma nova redução nos preços internacionais do produto, engendrada pelos países consumidores e favorável à Costa do Marfim, maior exportador mundial.

Essa nova queda de preços, aliada às perspectivas pouco promissoras e à crise financeira que já os vem afetando, deixou em pânico não apenas os produtores, mas também os industriais e exportadores brasileiros, além de preocupar mais de dois milhões de trabalhadores cuja subsistência é garantida pelas atividades cacauíferas.

Diante desse quadro trágico que se manifesta na economia de sete Estados brasileiros, mais especialmente no meu Estado da Bahia, responsável por 90 por cento da nossa produção, o que faz o Governo Federal? Cruza os braços, como se o problema não lhe dissesse respeito, omite-se, insiste em desconhecer uma realidade que está a reclamar providências imediatas.

Esse, aliás, tem sido o comportamento constante do Governo. Há bem poucos dias, o Presidente José Sarney, em programa de televisão transmitido por rede nacional, por diversas vezes referiu-se ao seu Governo como se já tivesse o mesmo sido encerrado, enquanto ainda lhe faltam cerca de seis meses para trabalhar. Deveria o Senhor Presidente da República, neste momento, empenhar-se de forma redobrada na solução dos graves problemas nacionais, como requer a conjuntura sócio-econômica, como reclama toda a sociedade brasileira.

Mas não quero resumir o meu pronunciamento a críticas, embora necessárias e fundamentadas. Embora já o tenha feito numerosas vezes, vou insistir em apontar as causas da crise que afeta a atividade cacauífera, e vou, mais uma vez, apontar as medidas que o setor reclama às autoridades governamentais.

Quero destacar, inicialmente, entre as razões da crise, a queda dos preços no mercado internacional, que caíram de 2 mil dólares a tonelada, em 1987, para 1.400 dólares, no ano passado. Este ano os preços voltaram a despencar, agora para um patamar de 1.100 dólares a tonelada do produto, reduzindo substancialmente as rendas auferidas pelos cacauicultores brasileiros.

Internamente, o segmento experimentou dolorosa queda na produção, em razão da longa estiagem ocorrida no período 1986/87. As safras, nos dois últimos anos, reduziram-se drasticamente para míseras 100 mil toneladas,

no período 87/88, e 90 mil, no período 88/89. Essa prolongada seca, que tanto tem afetado a lavoura cacauífera, deve-se a diversos fatores, entre os quais se pode, tristemente, incluir o desmatamento nas cabeceiras e margens dos rios, que abordarei mais adiante.

A política econômica do Governo, com mais erros do que acertos, tem sido responsável igualmente pela situação de penúria em que se encontram muitos cacauicultores, especialmente os de pequeno e médio porte. Não se trata de oposição sistemática às tentativas governamentais de conter a inflação, conter o déficit público e promover o crescimento. O que não se admite é a passividade das autoridades, que, uma vez avaliados os efeitos dos planos econômicos, deveriam corrigir as distorções, a fim de evitar que umas categorias fossem tão fortemente penalizadas em comparação com as demais.

Refiro-me aqui, especialmente, aos Planos Cruzados, Bresser e Verão, que mantiveram contidos os preços internos do cacau, paralelamente ao crescimento dos custos de produção. Está claro que setor algum pode suportar essa defasagem por longos períodos, motivo por que os produtores, com justa razão, pretendem obter a prorrogação das dívidas e a abertura de novas linhas de crédito, sob pena de a cultura cacauífera perder a capacidade de fazer novos investimentos. Esta crítica situação, aliada às taxas ascendentes de inflação, com forte impacto no crédito rural, tomou quase impossível a sobrevivência da cacauicultura, a ponto de muitos produtores reduzirem a área de plantio, abandonarem os insumos —, na contingência de reduzir os gastos — limitarem sua atividade a níveis de subsistência.

As conseqüências dessa crise, como já salientei aqui, em outras ocasiões, são facilmente identificáveis: abandono de tecnologias de produção, como adubação e utilização de defensivos, com efeitos a curto e longo prazos; desemprego e baixa remuneração na lavoura cacauífera, que somente na Bahia emprega, diretamente, 300 mil trabalhadores; desemprego e ociosidade no parque industrial, como reflexo da queda na produção; perda, a médio prazo, da fatia do mercado externo, duramente conquistada e mantida ao longo dos anos pelos cacauicultores brasileiros.

As soluções para a cultura e a indústria cacauíferas, no entanto, existem, e dependem basicamente de vontade política. Eis, aí, o motivo por que volto a criticar, veementemente, o Governo Federal. Faça-o por sua incúria, sua indistinta inércia, seu mais completo imobilismo diante de uma crise que traz prejuízos incalculáveis para a Nação; faça-o, porque não somente eu, mas diversos parlamentares, produtores, exportadores e tantos quantos se interessam pelo nosso cacau, temos alertado as autoridades. Vou além: não somente as temos alertado, como também apontado as medidas que devem ser tomadas em favor de um segmento que tantas divisas gerou e gera para o nosso País.

Antes de mais nada, reclamamos do Governo sua invenção, viabilizando recursos para

atender ao setor com emergência. Desejam os produtores que suas dívidas, estimadas em 240 milhões de cruzados novos, a preços de janeiro, sejam prorrogadas. Não pretendem uma anistia, não desejam o perdão das dívidas, mas, muito justamente, requerem um fôlego para que possam saldar seus débitos.

Desejam, também, os produtores, recursos para custeio técnico, vencíveis em janeiro, por se encontrarem completamente descapitalizados. O secretário-geral da Ceplac, Joaquim Cardoso Filho, estima que seriam suficientes 60 milhões e 50 mil cruzados novos, assim distribuídos: 48 milhões 650 mil cruzados novos para a adubação de 150 mil hectares; 7 milhões 950 mil cruzados novos para o combate às pragas, também em 150 mil hectares; e 3 milhões 450 mil cruzados novos para o controle de doenças em 10 mil hectares. As medidas de emergência seriam completadas com a abertura de linhas de crédito de refinanciamento de cooperativas, possibilitando aos mini e pequenos produtores financiar suas dívidas junto aos exportadores e industriais.

A par dessas medidas, outras devem ser tomadas, de ordem estratégica, como programas de aperfeiçoamento da produção, visando adotar novas tecnologias e renovar os cacauais; ou, ainda, incentivo à diversificação da produção nas regiões cacaueiras, evitando-se os riscos próprios das monoculturas.

Duas propostas merecem especial destaque entre essas medidas. Uma delas foi por mim trabalhada aqui, nesta Egrégia Casa, para que fosse aprovado Projeto de Lei de autoria do Deputado Jorge Arbage. Para minha satisfação, foi o mesmo aprovado e sancionado, transformando-se na Lei nº 7.754, que está em vigor desde 15 de abril deste ano, e que estabelece medidas de proteção das florestas localizadas nas nascentes dos rios. Para minha decepção, embora dispondo, agora, de instrumento legal, o Governo continua deixando impunes aqueles que agredem o meio ambiente. Fosse a ação do Governo mais rigorosa e contundente, as queimadas e as devastações que hoje modificam as condições climáticas e provocam as longas estiagens estariam sendo contidas, evitando-se prejuízos à atividade agrícola que tendem a agravar-se com o tempo.

Ao lado de uma política adequada de aproveitamento das áreas de cultura, é necessário efetuar o replantio nas cabeceiras e nas margens dos rios, para que a lavoura não sofra prejuízos irreparáveis.

Outra medida que se impõe é voltada para o comércio exterior, na tentativa de se conquistar novos mercados e garantir melhores preços. Embora o consumo mundial do cacau tenha crescido nos últimos anos, é certo que não acompanhou o incremento da produção, o que exige, de nossa parte, um aperfeiçoamento na sua cultura, produção e industrialização, bem como uma política mercadológica mais agressiva e eficiente.

Nos meados da década de setenta, o Brasil desenvolveu notável esforço para aumentar sua produção. É responsabilidade conjunta, dos cacaucultores e das autoridades, trabalhar para que essa produção seja absorvida.

Trata-se de uma árdua competição, agora mais exacerbada pela participação dos novos produtores, como a Malásia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é imprescindível que o Brasil ampare a cacauicultura. É imprescindível participarmos dessa competição com empenho, com coragem, com inteligência e com estratégias adequadas de *marketing*. É imprescindível, sobretudo, que o Governo Federal, sobre quem repousam os maiores poderes de decisão, abandone sua inércia e demonstre sua vontade política. Não pode acontecer ao cacau o que já aconteceu à borracha, de cuja produção perdemos a hegemonia para nunca mais recuperá-la. Mais uma vez, o Sudeste Asiático ameaça nossa posição no mercado produtor mundial, nossa condição de segundo maior exportador do cacau.

Cabem ao Governo as medidas de soerguimento da lavoura, da industrialização e da exportação do cacau, não apenas para garantir as dívidas de que tanto necessitamos, mas também para impedir a desorganização da nossa economia interna. E cabe também a nós, bem como a entidades e pessoas de alguma forma ligadas a essa atividade, a sua defesa intransigente neste momento difícil, para não amargarmos, amanhã, uma perda irreparável para a nossa economia e para nossa sociedade.

Sobre o cacau, Sr. Presidente, gostaria de complementar, referindo-me ao pronunciamento do nobre Senador Mário Maia, ainda a respeito das pesquisas.

O Sr. Mário Maia — V. Exª complementa o meu pronunciamento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Tenho acompanhado, com certo bom humor, essas transformações, porque vejo, com certa curiosidade nessa queda, do primeiro colocado, a preocupação de alguns políticos. Vejo que aqueles que correram rapidamente estão, agora, preocupados. No meu Estado, há um político que fazia questão de dizer que era dono da candidatura em Feira de Santana. Com o último resultado da pesquisa, já declarou que a imprensa se tinha apressado em dizer que ele tinha "collorido".

O Sr. Mário Maia — A imprensa é que foi apressada.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Isso daí, infelizmente, faz parte da nossa vida política. Não creio que as pesquisas já demonstrem o que vai ocorrer em 15 de novembro; ao contrário do que muitos imaginavam, e eu próprio também, 15 de outubro não será março de nada. Só vamos ter uma definição clara desse quadro bem próximo a 15 de novembro, porque as transformações, no meio eleitoral, estão muito grandes. Ninguém está garantindo a sua posição atualmente, nem o candidato de V. Exª nobre Senador Mário Maia.

O Sr. Mário Maia — Permita-me V. Exª um aparte, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Pois não, nobre Senador Mário Maia.

O Sr. Mário Maia — Em momento algum fizemos a afirmação de garantia do nosso candidato. Nosso candidato sempre, modestamente, tem-se colocado num patamar que vai subindo de meio em meio degrau; entretanto, é o que tem demonstrado maior estabilidade nessa projeção das pesquisas. V. Exª acentua — e falamos, ontem ou anteontem, tendo sido apartado pelo Senador João Menezes — que não há nada definido, como procuram fazer ver ou induzir à atenção do povo brasileiro, como se alguns candidatos já estivessem definidos para a derrota e outros, para a vitória. Entendemos, conceitualmente, que não existe definição alguma e muita coisa pode mudar. Há uma ansiedade tão grande que causa uma espécie de obnubilação na interpretação dos dados e no aqodamento de levar a preferência para determinados setores que esquecem as lições recentes. No Rio de Janeiro mesmo, quando da eleição do Governador Leonel Brizola, houve momento semelhante a este, e que determinada candidatura estava numa projeção até muito melhor, mais propícia a vitória do que o atual candidato que está aí nas pesquisas em primeiro lugar, que foi Sandra Cavalcanti. De repente, em poucos dias, começou a se esvaziar sua candidatura a ela despendou de 64% da preferência popular para 10%, e Leonel Brizola, que estava numa modesta colocação, foi crescendo aos poucos, até atingir a vitória. No Ceará também ocorreu fenômeno semelhante: a candidata à Prefeita pelo PDT, Maria Luiza, estava numa modesta colocação; de repente, o candidato da preferência caiu e ela subiu. Recentemente, em São Paulo, também o fenômeno Erundina. Então, não há nada definido no momento. Isso faz parte da nossa cultura, da nossa ansiedade, da nossa maneira de ser e também deste estado nacional em que nos encontramos, onde os partidos políticos não têm uma solidez, não conseguiram até hoje ter uma tradição programática e ideológica. Esse fenômeno vai-se prolongar por muito tempo. Ainda se fazem campanhas através das pessoas que podem estar, em determinado momento, em alta, em evidência, mas, de repente, podem sair dessa evidência e até se anular dentro da classificação das pesquisas. Estou com V. Exª O nosso raciocínio também é frio; apesar de torcermos, de realizarmos campanha para o nosso candidato, fazemos análises com objetividade e realismo, é muito difícil e não consideramos esteja tudo definido. Por isso, estamos trabalhando intensamente e fazendo com que o nosso candidato, de meio em meio grau, atinja o patamar que possa corresponder à sua garantia ao segundo turno e, de lá, para a Presidência da República.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, estas considerações foram apenas para modificar um pouco o tom do meu pronunciamento desta manhã sobre o cacau, a crise que atravessamos — quase todos os cacaucultores estão trabalhando no vermelho já há três anos, e o nosso Governo, como sempre, não tem uma política dirigida para essa área; continuamos nesta luta, naquilo que o nobre

Senador Ronan Tito ontem falou — a preocupação dos agricultores e dos pecuaristas em manter uma tradição. Diante do mercado financeiro, pagando 55% de juros do *overnight*, é lógico que há a tentação de se correr para essa área. E só aqueles que realmente amam a lavoura, amam o seu País, sentem a necessidade da produção, é que se mantêm firmes, lutando na pecuária e na agricultura.

O Sr. Mário Maia — Permite-me V. Exª uma intervenção?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Mário Maia — Esqueci-me de fazer referência a este aspecto do cacau. Não combinamos nada. V. Exª fez estudos para o discurso que está pronunciando, e eu também fiz leituras, pesquisas, para a minha fala. A meu ver, os nossos discursos são muito parecidos, se complementam, ao revelar a situação em que nos encontramos e as dificuldades por que passa o Banco do Brasil, em virtude desta política desastrosa implantada de uns tempos para cá.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Exª

Sr. Presidente, vamos continuar as nossas sessões de tertúlias nas sextas-feiras. Não sei se temos ainda outros oradores, mas vamos continuar.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Com a palavra o nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em minhas mãos, um estudo do eminente Professor Antônio Lavareda, que será apresentado no XIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, a ser realizado em Caxambu, Minas Gerais, de 24 a 27 de outubro próximo.

O tema de trabalho é "governos, partidos e eleições". É uma comparação entre o Brasil de 1989 e o Brasil de 1964, trabalho tão importante, de atilada análise, que peço à Mesa seja transcrito nos Anais da Casa.

O Professor Antônio Lavareda faz uma comparação entre os acontecimentos políticos de antes do golpe militar de 1964, com os acontecimentos que estamos vivendo agora.

Há uma semelhança entre o Brasil de antes do golpe de 1964 e o Brasil da Nova República que está no fim. E a semelhança é a perplexidade que viveu a sociedade, ontem, e a vive hoje. Ontem, nos albores do golpe, houve, na sociedade, um estímulo à intervenção militar; hoje, o estímulo não se realiza porque, acima de tudo, estamos na iminência de uma eleição presidencial.

No entanto, econômica e socialmente, os dois períodos se parecem. Como em 1964, a inflação hoje é assustadora, indo para o patamar dos quatro dígitos, levando 11 milhões de famílias ao patamar da pobreza e da miséria. Esse era também o problema de 1964.

Cotejando os dois momentos da história, em 1964 houve uma ruptura, uma falência absoluta do regime civil em nossa curta história republicana pluralista; e o final da nova República é tão melancólico como a queda do poder civil em 1964.

Ontem, o povo não saiu em defesa do Governo; como hoje assistimos a um governo desacreditado, inepto e paralisado de decisões, assistimos a um congresso impotente, fragmentado, com bancadas sem ideologia e coesão. Os partidos estão distanciados da sociedade, perdidos em disputas eleitorais personalizadas. A máquina do Estado está enfeudada em diversos interesses, é uma confederação de órgãos e de empresas públicas. O quadro de hoje é caótico, conturbado, como a situação que vivemos há vinte e cinco anos, culminando no golpe militar.

Em 1964, analisando ao pé da letra as crônicas, o Governo Federal estava desacreditado junto à maioria da Nação e suas ações não tinham respaldo político. Segundo essas mesmas crônicas, os partidos políticos tinham perdido sua significação junto ao eleitorado. A classe alta e média aceitaram favoravelmente uma intervenção militar.

Após 25 anos, analisando detidamente os fatos, chegamos a outras conclusões. No período imediatamente anterior ao golpe que liquidou a ordem constitucional do País, segundo os dados do Ibope na época, o Governo Goulart tinha índices positivos de aprovação do público. Já o governo da nova República, segundo os dados da Datafolha, não tem tal aprovação. As diretrizes econômicas do Governo Goulart contavam com o suporte da sociedade. O Presidente Goulart era chamado pelos eleitores a desempenhar um papel importante na sua sucessão. Já o Presidente Sarney, ninguém quer que ele exerça nenhum papel na sua sucessão. Os partidos políticos no tempo do Presidente Goulart tinham raízes na sociedade, apesar da crise. Já os partidos políticos da nova República não têm inserção quase nenhuma. Na eleição presidencial que iria acontecer em 1965, se não houvesse o golpe militar, as intenções de voto prometiam razoável coerência na distribuição partidária e ideológica dos sufrágios. Já na eleição de 1989, o que estamos assistindo? Uma falta de coerência partidária e nenhuma ideologia. Estamos assistindo ao fisiologismo alvar, cada um tentando se salvar como pode. A opinião pública, em 1964, tinha consciência dos principais problemas do País e se engajava em determinadas alternativas "progressistas". E a principal posição ideológica de 1964 era a de "centro".

O Presidente João Goulart, segundo as pesquisas de 1963 e o índice de 1965, era aprovado em 35%. A avaliação de "regular" chegava a 41% e a desaprovação estava em torno de 19%. Nas classes A e B as opiniões favoráveis sobrepujavam as desfavoráveis. Sua política econômico-financeira tinha aprovação de 40% contra 27%. O prestígio do Presidente Goulart, às portas do golpe de 1964, subiu de 37% para 47%. Esse mesmo percentual dizia que votaria nele de novo se ele pudesse

se candidatar. Já que não podia ser candidato, 60% dos eleitores disseram que apoiariam o candidato que tivesse o apoio do Presidente Goulart. Só 26% repudiavam tal idéia, e 13% não tinham opinião.

Já o Governo Sarney, segundo a Datafolha, desde 1987, tem absoluta reprovação da sociedade. E mais de 60% dos entrevistados classificou o Governo Sarney entre "ruim" e "péssimo". E 57% dos eleitores disseram que o candidato apoiado por Sarney será automaticamente rejeitado.

Quanto à representação político-partidária em 1989, ao que estamos assistindo? A escolha eleitoral de 1989 está passando ao largo das estruturas partidárias; o atual líder das pesquisas pertence a um pequeno partido, o PRN, criado após 1988, que não elegeu nenhum prefeito; o segundo colocado, se eleito, evidenciaria o distanciamento entre o sistema partidário e o processo de eleição presidencial. O PDT elegeu prefeitos em apenas 4,5% dos Municípios brasileiros e sua bancada no parlamento não ultrapassa a 5,6%.

O PMDB, em 1986, fez todos os Governadores, menos um, e 55,2% das cadeiras do Congresso Nacional. Com todas as deserções ainda sobraram 39,7%, sendo ainda a maior bancada. Em 1982, o PMDB elegeu os prefeitos de 37,3% dos municípios, ao lado de milhares de vereadores.

O PFL, em 1986, elegeu um Governador, o de Sergipe, e fez uma bancada que representou 23,9% do parlamento. Com todas as defecções, é ainda a segunda bancada, com 20,5%. Em 1988, elegeu os prefeitos de 24,6% dos Municípios e milhares de vereadores.

Justamente, as candidaturas presidenciais, tanto do PMDB quanto do PFL, atravessam situação difícil. É a crise de representação, um divórcio entre representantes e representados. Em julho de 1989, pesquisa do Ibope registrou que 50% dos eleitores não tinham nenhuma simpatia ou preferência por qualquer partido.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO — Com prazer ouço V. Exª

O Sr. Jutahy Magalhães — Com os dados que V. Exª está lendo e que representam a realidade atual, no quadro parlamentar principalmente, mas, mesmo com as defecções ocorridas no meu Partido, fico com muita esperança, ainda, de uma reversão no quadro político, porque, quando vejo essa grande preocupação em já fazer recesso branco, a fim de permitir que todos os Parlamentares possam trabalhar pelos candidatos de seus Partidos, imagino que, com tantos Parlamentares do PMDB trabalhando pelo candidato Ulysses Guimarães, vamos reverter essa situação.

O SR. NEY MARANHÃO — Nobre Senador Jutahy Magalhães, respeito muito a sua opinião, mas o que está acontecendo com

respeito ao ilustre homem público que é o candidato do Partido de V. Ex.^a... Aliás, tive ocasião, há cinco meses, de ocupar a tribuna e — alertando o grande homem que respeito e que é uma figura que todo Brasil deve muito, pelo seu trabalho em defesa da democracia, em defesa do regime em que estamos vivendo, o presidenciável Dr. Ulysses Guimarães — comparei S. Ex.^a a Winston Churchill. Churchill ganhou a guerra e, depois de ser o vitorioso naquele grande embate, perdeu a eleição na Inglaterra para o grande representante da Inglaterra Clement Atlee. Então, dizia a mesma coisa: devíamos colocar uma estátua do Dr. Ulysses Guimarães na frente do Congresso, porque todos nós homenageamos e tiramos o chapéu como diz o nosso matuto no Nordeste — para o grande Presidente Ulysses Guimarães, mas, no meu entender, a vez de S. Ex.^a passou, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer.

O Sr. Jutahy Magalhães — Apenas um comentário rápido. Hoje, aqui, em Brasília, colocar estátua com tanto pombo é perigoso...

O SR. NEY MARANHÃO — Mesmo assim, V. Ex.^a merecia. V. Ex.^a tem razão no caso do descrédito que está havendo.

Terminamos a nossa Constituição, mas ainda faltam 75% das leis ordinárias para torná-la aplicável e o povo está vendo isso.

Justamente pelo descrédito da classe política, estamos observando os reflexos nos dois grandes Partidos, e aí está o Ibope, que V. Ex.^a, tenho certeza, intimamente sabe que esse quadro, infelizmente, não vai reverter-se, apesar de termos dois homens de grande responsabilidade, homens que o Brasil respeita, justamente os candidatos do PMDB — Ulysses Guimarães, e o do PFL — o ex-Ministro das Minas e Energia.

Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.^a
Continuo, Sr. Presidente.

Em 1964 não era assim. Os partidos estavam bem enraizados na sociedade e 64% dos eleitores tinham vínculos declarados de adesão psicológica a partidos em oito das principais capitais do País.

Assim, pois, Sr. Presidente, com tal análise de uma sociologia política, chegamos à conclusão de importância do trabalho do professor Antonio Lavareda. Importante e bastante atual porque trata de um problema de ontem e de hoje. E porque importante e atual, peça a transcrição nos anais desta casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NEY MARANHÃO EM SEU DISCURSO:

ANTÔNIO LAVAREDA

Cientista Político

Ex-Coordenador Mestrado de Ciências Políticas da Universidade Federal de Pernambuco

Professor da Universidade Federal de Pernambuco
Diretor Ipesp — Instituto de Pesquisas de Pernambuco
Consultor Regional Nordeste Ibope

GOVERNOS, PARTIDOS E ELEIÇÕES Segundo a Opinião Pública

(O Brasil de 1989 comparado ao de 1964)

(Versão Preliminar)

ANTÔNIO LAVAREDA

Ipesp e UFPE

Trabalho apresentado ao XIII Encontro Anual da Anpocs, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, GT "Partidos e Eleições" Caxambú, MG, 24 a 27 de outubro de 1989.

A magnitude e a complexidade do enlace de dimensões envolvidas na crise que fustiga o Brasil na travessia da derradeira etapa da Nova República, remeteram algumas vezes os analistas políticos ao reconhecimento de certas semelhanças entre a perplexidade de que somos hoje e o País que fomos nos momentos de incerteza que antecederam o golpe militar de 1964.

Não que tenha havido, recentemente, expectativa plausível de intervenção militar, destimulada até mesmo pela iminência da eleição presidencial. Ademais, é fácil reconhecer, no que toca a algumas dimensões específicas da crise — como a econômica e a social, por exemplo — que o desastre atual, com inflação de quatro dígitos e uma população de 11 milhões de famílias chapinhando no patamar da pobreza e da estrita miséria, confere um relevo ilupitiano às dificuldades do início da década de 60.

Contudo, apesar das evidentes diferenças de escala, há pelo menos dois fatores que justificam, e mais que isso, tomam irrecusável o cotejo entre esses dois momentos da história brasileira nesta segunda metade do século, especialmente no terreno da política.

O primeiro deles, óbvio o bastante, concerne ao fato de que a ruptura de 1964, bem ou mal, objetivamente constitui o único paradigma disponível de falência absoluta do regime civil em nossa curta trajetória republicana pluralista. Pelo que instiga à comparação qualquer análise de desgoverno ulterior.

O segundo fator, bebe na fonte das interpretações prevalecentes na literatura que analisou o cenário sobre o qual se abateu o golpe militar que depôs Goulart. Lendo suas conclusões, é impossível não ser chamado a descobrir forte similaridade entre o final da Nova República e as vésperas da queda do governo de 1964, quanto a um elenco razoável de importantes aspectos políticos.

Governo amplamente desacreditado pela sociedade, caracterizado pela inépcia, atacado pela paralisia decisória. Congresso impotente, excessivamente fragmentado, com bancadas de exagerada latitude ideológica e rídiculas

taxas de coesão. Os grandes partidos distanciados da sociedade, perdidos em meio a disputas eleitorais fortemente personalizadas. E a máquina do Estado enfeudada pelos mais diversos interesses, de lógicas conflitantes, compondo uma autêntica confederação de órgãos e empresas públicas. Esse quadro caótico, fidedigna pintura dos dias correntes, se ajusta como luva às análises dos instantes conturbados do período que, vinte e cinco anos atrás, culminaria no golpe militar.

Mas até que ponto chegam, de fato, as semelhanças?

Neste trabalho, procuramos oferecer uma resposta a essa questão sob uma perspectiva bem definida, que tem sido até então negligenciada. Nele, examinamos em que medida essa percepção generalizada da crise da Nova República em meio à opinião pública encontraria similar na conjuntura do governo Goulart.

A análise comparativa dos dois momentos (com natural ênfase nos dados da primeira fase), passará ao largo de vários aspectos — como a fragmentação parlamentar e os mecanismos legislativos — para concentrar-se no exame das opiniões e atitudes da sociedade em geral (os eleitores comuns) em face de questões como o desempenho dos governos, a identificação com os integrantes do sistema partidário, as opções entre candidaturas presidenciais, e a definição social frente às principais questões vigentes em cada conjuntura.

Os dados relativos à Nova República têm como fonte pesquisas de opinião pública realizada entre 1987 e o primeiro semestre de 1989 por vários institutos, dados que já foram em sua maior parte largamente difundidos na imprensa. Para o período Goulart, são analisados resultados, inéditos em sua maioria, de pesquisas do Ibope, realizadas nas principais capitais do País em meados de 1963 e em 1964, a poucos dias do golpe militar. Dados de pesquisas posteriores não foram considerados, uma vez que mudança da natureza do regime impõe limites lógicos ao reconhecimento da validade de certas informações coletadas em "surveys" na fase inicial da Ditadura.

Como foi dito anteriormente, a vertente dominante na literatura especializada, que plasmou a crônica política e, de um modo geral, a consciência do País sobre os eventos de 1964, é praticamente unânime em apontar que o governo federal, próximo à sua derrota, estava desacreditado da maioria da Nação, sem respaldo político para suas ações: que os partidos políticos tinham perdido o significado aos olhos do eleitorado; e que, em suma, havia na opinião pública, especialmente entre as camadas média e alta, um grande potencial de acolhida favorável à intervenção militar que se seguiria.

Escapa ao nosso objetivo propor nova interpretação sobre o desfecho da crise de 1964, mas acreditamos que os dados coligidos neste texto ajudarão ao aperfeiçoamento e à qualificação de alguns diagnósticos estabelecidos.

Resumidamente, mostramos a seguir que no período imediatamente anterior ao golpe que liquidou a ordem constitucional, o Governo Goulart desfrutava de índices positivos de avaliação pelo público, absolutamente invejáveis segundo o padrão do final da Nova República; que, independentemente da eficácia do seu conteúdo, em linhas gerais as diretrizes econômicas do governo deposto contavam com elevado suporte na sociedade; e que o Presidente, às vésperas do golpe, ainda era chamado pelos eleitores a desempenhar um papel importante na sua sucessão, situação literalmente oposta a da atualidade. Apresentamos, também, dados que comprovam que os partidos políticos, embora naturalmente imersos na crise que antecedeu a ruptura, estavam muito mais enraizados que seus congêneres atuais no quadro de referências da sociedade. E que na perspectiva da eleição presidencial de 1965, as intenções de voto prometiam razoável coerência na distribuição partidária e ideológica dos sufrágios.

Verificamos, também, examinando as opiniões do público em 1964 quanto aos principais problemas do País, que a polarização estabelecida no terreno das organizações políticas e sociais — partidos, sindicais, associações profissionais, ligas, diretórios e outras entidades — que desenhava uma destruição de posições das elites com perfil fortemente bimodal, não havia, ainda, permeado significativamente o tecido social no tocante a uma série de questões. Nessa direção, identificamos a existência, naquele momento, de um apoio majoritário muito claro na opinião pública quanto a determinadas alternativas "progressistas" de políticas.

Esse apoio, contudo, assentava-se em posições ideológicas predominantemente de "centro". Um "centro" naturalmente ambíguo, que era capaz de externar decidido apoio às principais "Reformas de Base", ao mesmo tempo em que manifestava notável anticomunismo. Que se equilibrava entre os extremos das lideranças políticas à esquerda e à direita que tentavam atraí-lo e interpretavam suas atitudes de forma unívoca, segundo seus interesses respectivos. Aliás, é obrigatório admitir a competência no manejo dessa ambigüidade demonstrada pelo marketing da "Revolução de 64", em seus primeiros momentos.

1. Tempos de Goulart: Avaliação e Prestígio do Presidente Deposto.

A exposição corriqueira na imprensa da imagem do Governo Sarney perante a opinião pública, tem mostrado a quase absoluta reprobção da sociedade à atuação do Presidente desde o início de 1987. Com efeito, examinada longitudinalmente, a partir da confissão do fracasso do Plano Cruzado pelas autoridades econômicas, a avaliação do governo, que registrara índices positivos em torno de 90% no auge da euforia de 1986, mantém-se, desde então, em posição extremamente delicada como mostra a Tabela 1, com mais de 60% dos entrevistados atribuindo ao mesmo classificações de "ruim" ou "péssimo".

TABELA 1

Evolução da Avaliação do Governo Sarney

	(%)		
	Ótimo + Bom	Regular	Ruim + Péssimo
Maio/87	9	35	54
Novembro/87	11	29	58
Março/88	10	23	65
Outubro/88	7	24	65
Dezembro/88	8	25	65
Março/89	7	28	62

Fonte: Pesquisa Datafolha nas 10 principais capitais do País, publicada na Folha de S. Paulo, de 9 de março de 1989.

As respostas a uma outra questão formulada em pesquisa realizada pelo mesmo Instituto em março de 1989, a nove meses da eleição, fornecem outro indicador inquestionável da precariedade do prestígio do Presidente, ao procurar identificar o papel que ele poderia eventualmente desempenhar na escolha do seu sucessor. A Tabela 2, é clara o bastante. A automática rejeição (57%) ao postulante caracterizado como "candidato apoiado pelo Presidente Sarney", assegura que todos os candidatos procurem manter em relação ao mesmo o máximo de distância possível.

E quanto a Goulart? Teria ele experimentado desgaste semelhante, próximo a sua deposição?

Sem dúvida, as interpretações da crise de 1964 dão lugar a que se imagine uma resposta positiva. Nelas, há uma ênfase nos aspectos patológicos do governo da época. Praticamente todas — as mais hostis e as mais lenientes para com o golpe — transmitem a idéia de um governo que, desde a restauração presidencialista através do plebiscito de janeiro de 1963, caracterizava-se como incompetente e caótico, e passava a ser visto como tal pela maioria da sociedade. Vejamos, a respeito, três assertivas que bem representam essa orientação na leitura do período.

Tomemos, inicialmente, um cientista social que interpretou o golpe de forma bastante crítica, Glaucio D. Soares. Para ele

"... a administração de Goulart, em que pesem as boas intenções reformistas e democratizantes, foi caótica, pontilhada por escândalos administrativos e pela corrupção, e marcada pela associação com elementos radicais de esquerda".

Do lado dos "lenientes", eis a opinião de Skidmore, a respeito:

TABELA 2

	(%)
	TOTAL
Votaria com certeza	7
Não votaria de jeito nenhum	57
Indiferente	27
Não sabe/Outra resposta	9

Fonte: Pesquisa Datafolha nas dez principais capitais do País, publicada na Folha de São Paulo/9 de março de 1989.

"No início de 1964... o caos na elaboração da política pública era tão grande, e a credibilidade tão baixa, que a crise somente poderia ser enfrentada por um governo investido com poderes extraordinários".

Por último, examinemos o ponto de vista de um intelectual que foi importante colaborador daquele governo, o Ministro Celso Furtado:

"A mobilização das forças sociais com que contava o Presidente para deter a ofensiva da direita golpista foi minada e tornada inoperante pelo descrédito do governo semeado pela desordem financeira crescente... Do ângulo em que eu me situava... o que mais me preocupava era o clima de incerteza e a impressão que começava a dominar a opinião pública de que o País estava à deriva".

Como foi dito, tais interpretações podem facilmente conduzir à conclusão de que se consolidava, face ao governo Goulart, uma desaprovação majoritária da sociedade, excetuados apenas os setores populares mais radicalizados, isolados em torno do Presidente e das lideranças que lhe mantinham apoio.

Em direção oposta, ofereceremos, aqui, uma resposta negativa à questão formulada, resposta que estabelece definitivo contraste entre a situação dos dois Presidentes, baseada em pesquisas realizadas nas principais capitais do País, em meados de 1963 e alguns dias antes do desenlace em 1964.

Caso o Presidente Sarney apoie algum candidato à presidência da República, você votaria nesse candidato com certeza, não votaria nesse candidato de jeito nenhum, ou o apoio do Presidente seria indiferente para você?

TABELA 3 - A

O que vem achando da atuação do Presidente João Goulart?

	(%)			
	Ótima + Boa	Regular	Má + Péssima	Não Sabem
São Paulo	31	46	18	5
Guanabara	32	42	22	4
Belo Horizonte	31	38	28	3
Porto Alegre	62	23	10	5
Recife	42	36	16	6
Salvador	41	44	11	4
Fortaleza	39	37	14	10
Curitiba	47	34	14	5
Belém	27	43	17	12
Niterói	31	35	31	3
TOTAL	35	41	19	5

Fonte: Relatórios de Pesquisas Ibope, junho/julho de 1963. Os totais foram ponderados pelo autor com base no eleitorado de cada capital em 1960.

TABELA 3 - B

O que vem achando da atuação do Presidente João Goulart?

	(%)											
	A/B Rica e Média				C Pobre				D Pobre inferior			
	O+B	RE	R/P	NS	O+B	RE	R/P	NS	O+B	RE	R/P	NS
São Paulo	30	45	21	4	29	43	15	6	36	43	15	6
Guanabara	22	45	29	4	33	40	22	5	43	40	13	4
Belo Horizonte	30	33	33	4	27	45	25	3	35	35	25	5
Porto Alegre	61	20	17	2	62	25	8	5	62	22	8	8
Recife	29	43	24	4	37	38	10	15	53	31	8	8
Salvador	34	47	18	1	36	47	13	4	47	40	7	6
Fortaleza	31	37	24	8	43	37	14	6	40	36	7	17
Curitiba	43	37	16	4	47	36	11	6	54	26	16	4
Belém	26	42	25	7	31	42	14	13	26	44	15	15
Niterói	27	30	42	1	25	43	27	5	41	27	26	6

Fonte: Relatórios de Pesquisas Ibope, junho/julho de 1963.

Como pode ser verificado na Tabela 3-A, os percentuais mínimos de manifesta aprovação da atuação de Goulart, em meados de 1963, colocavam-se em torno de 30%, e localizavam-se em cidades como São Paulo, Guanabara, Belo Horizonte, Niterói e Belém, várias delas politicamente hegemônicas por forças que faziam oposição ao governo. Em quatro capitais, a avaliação "ótima" ou "boa" chegava a ultrapassar os 40%. E em nenhuma das cidades os percentuais de juízos negativos ultrapassavam as manifestações favoráveis, mantendo-se muito abaixo dessas, excetuando-se Niterói, onde eram coincidentes. Ponderados os resultados, chegava a 35%, no total, a aprovação expressa da atuação do Presidente, isso devido ao peso do eleitorado de São Paulo, Guanabara e Belo Horizonte. Enquanto que a desaprovção alcançava apenas 19%. A avaliação "regular" predominava, situando-se em 41%.

Para um melhor exame do argumento da generalizada hostilidade a Goulart entre as ca-

madas média e alta, direcionamos o foco na Tabela 3-B para a distribuição das atitudes dentro de cada uma das classes sócio-econômicas em que o Ibope dividia o eleitorado. Assim, impõem-se duas constatações.

A primeira delas é de que as capitais se distinguem em dois blocos, segundo a incidência ou não de contrastes atitudinais explícitos que se manifestassem ao longo das fronteiras entre as classes. Sob este enfoque, destacava-se pelo baixo grau de visível heterogeneidade das atitudes associada ao respectivo perfil social, cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Belém. Enquanto, no lado oposto, com forte diferenciação entre as classes sócio-econômicas, despontavam Guanabara, Recife, Salvador, Fortaleza, Curitiba e Niterói.

A segunda constatação é de que na maioria dos casos — sete em dez capitais — no seio das classes A e B (rica e média) as opiniões favoráveis a Goulart sobrepujavam as desfavoráveis. Como ocorria no conjunto da socie-

dade, vinha em primeiro lugar nesses extratos o julgamento "regular", não se configurando, portanto, a hostilidade presumida.

A avaliação em patamares bastante satisfatórios da ação de Goulart não poderia se dever, apenas, à sua projeção especificamente política. Afinal, com a restauração do Presidencialismo, retomara, também, a direta e visível responsabilidade do chefe da nação quanto às políticas públicas e seus resultados, em especial no plano econômico.

Na mesma pesquisa mencionada, indagava-se aos entrevistados o que achavam da política econômico-financeira que o governo federal vinha adotando. As respostas sugerem, como seria de se esperar, uma elevada correlação entre a aprovação pública do Presidente, e o endosso às ações do governo. Embora, no momento da pesquisa, a inflação estivesse muito elevada para os padrões da época, pois atingira, de janeiro a maio, os 25% que Celso Furtado havia projetado para todo o ano de 1963.

Considerando-se natural, em questões mais específicas desse gênero, o número elevado de não opinantes, a tabela correspondente (Tab. 4), com os dados disponíveis para nove capitais, revela nos totais ponderados e nos que concernem cada uma das capitais tomadas isoladamente (com exceção de Niterói) a existência de uma clara aprovação (40% contra 27%) dos esforços do governo da época, objetivando debelar a crise. Esforços que haviam incluído, em meados do mês de junho daquele ano, mudanças substanciais no ministério, levando à posse na pasta da Fazenda do ex-Governador de São Paulo, Carvalho Pinto.

TABELA 4

O Sr. (Sra.) acha certa ou errada a política econômico-financeira que o Governo Federal vem adotando para o nosso País?

	(%)		
	Certa	Errada	Não Sabem
São Paulo	37	27	36
Guanabara	45	29	26
Belo Horizonte	36	33	31
Porto Alegre	43	13	44
Recife	40	25	35
Salvador	34	30	36
Fortaleza	44	27	29
Belém	34	29	37
Niterói	26	38	36
Total	40	27	33

Fonte: Relatórios de Pesquisas do Ibope, junho/julho de 1963. Os totais foram ponderados pelo autor com base no eleitorado de cada capital em 1960.

Não há notícia de pesquisas de avaliação, repetindo exatamente essa mesma formulação de questões, nos instantes vizinhos à intervenção militar. Porém, podemos lançar mão de outros indicadores a fim de identificar o estado da imagem pública do Presidente nos estertores de seu governo. Desse modo, nada mais relevante que a verificação das atitudes dos eleitores, em pesquisa efetuada em março

de 1964, diante da hipótese de uma candidatura de Goulart à reeleição. Principalmente porque podemos comparar as respostas obtidas com outras expressas diante de questão equivalente incluída na pesquisa de junho/julho de 1963, obtendo, dessa forma, um quadro razoável da evolução do prestígio de Goulart na etapa final do seu governo.

A Tabela 5 reclama, para sua correta interpretação, a lembrança de que as respostas, decerto, eram afetadas pelo quadro de candidaturas efetivas já colocadas, que veremos, portanto, basicamente como medida efe-

tiva do prestígio público do Presidente. Prestígio que no geral, não obstante a crise, cresceu entre meados de 1963 e início de 1964. Subiu de 37% para 47% o total ponderado de eleitores que declaravam que votariam em Goulart caso ele pudesse concorrer. Apenas em duas capitais, das oito examinadas, deixou de ascender o percentual daqueles que declaravam que votariam nele para Presidente: Porto Alegre e Curitiba. E isso, provavelmente, mais adiante. Tais números devem ser encarados devido as adesões já sedimentadas a outros nomes, e não por hostilidade ao Presidente,

pois precisamente nessas cidades se situavam os maiores percentuais positivos na resposta à questão sobre a importância do seu apoio a um candidato, como veremos adiante.

Os números da Tabela 5 assumem significado ainda maior, retratando a escalada do prestígio de Goulart, quando se recorda a votação que ele alcançara em cada uma dessas capitais na última eleição para Vice-Presidente da República, em 1960. Em todas elas era expressivo o crescimento percentual entre a votação no pleito e as respostas positivas anotadas na tabela.

TABELA 5
Se o Presidente João Goulart também pudesse candidatar-se à Presidência, o(a) Sr. (Sra.) votaria nele?

	(%)					
	Votariam Nele		Não Votariam		Não Sabem	
	1963	1964	1963	1964	1963	1964
São Paulo	33	40	52	52	15	8
Rio de Janeiro	35	51	55	44	10	5
Belo Horizonte	27	39	62	56	11	5
Porto Alegre	61	52	26	44	13	4
Recife	42	60	45	28	13	12
Salvador	46	59	39	32	15	9
Curitiba	49	41	35	45	16	14
Fortaleza	32	57	44	34	24	4
TOTAL	37	47	50	46	13	7

Fonte: Relatórios de Pesquisas Ibope, junho/julho de 1963 e 9-26 de março de 1964. Os totais foram ponderados pelo autor com base no eleitorado de cada capital em 1960.

Como se vê, a imagem do Presidente estava em alta, às vésperas do golpe. Comparados às opiniões dos eleitores, 25 anos depois, quanto à oportunidade do apoio do Presidente Sarney a um candidato, os dados relativos a Goulart são ainda mais invejáveis. Como expõe a Tabela 6, a maioria esmagadora dos eleitores (60%) afirmava que ele devia apoiar um candidato à Presidência. Número que superava até mesmo a soma dos que rejeitavam tal apoio (26%) com o contingente (13%) que não tinha opinião a respeito.

2. A Crise de Representação: 1964 x 1989.

Independentemente do resultado nas urnas da eleição presidencial em novembro deste ano de 1989, as intenções de voto, registradas até meados do ano nas pesquisas, corroboram o **mood** que se percebe nas ruas: a escolha eleitoral passa ao largo das estruturas partidárias, descolada até dos resultados das eleições municipais recentes (1988).

Também o segundo e o terceiro colocados, caso eleitos, evidenciarão o distanciamento entre o sistema partidário e o processo de eleição presidencial. Afinal, PDT e PT lograram eleger Prefeitos, respectivamente, em apenas 4,5 e 1,0 por cento dos municípios brasileiros. E suas bancadas no parlamento federal não ultrapassam, na mesma ordem, 5,6 e 2,9 por cento das cadeiras.

As dimensões do hiato entre a eleição presidencial e o quadro partidário atual, entretanto, só podem ser estabelecidas quando recordamos os espaços de representação ocupados pelos dois principais partidos nos últimos pleitos. Do lado do PMDB, em 1986, foram todos (menos um) governos estaduais e 55,2% das cadeiras no Congresso Nacional. Embora reduzida pelas deserções, essa ainda é a maior bancada, com 39,7%. Em 1988, o partido elegeu os Prefeitos de 37,3% dos municípios, ao lado de milhares de vereadores. Quanto ao segundo partido, o PFL, em 1986, embora não tenha conseguido eleger mais que um governador (Sergipe), sua bancada federal eleita representou 23,9% do parlamento. Reduzida, mas ainda ocupando, no momento, confortável segunda posição com 20,5%. Nas eleições de Prefeitos o partido foi vitorioso em 24,6% dos municípios, elegendendo, também, milhares de vereadores.

A difícil situação que atrevessem as candidaturas presidenciais do PMDB e do PFL caracteriza, em larga medida, um cenário de cri-

TABELA 6
O Presidente João Goulart deve apoiar um candidato à Presidência?

	(%)		
	Deve Apoiar	Não Deve	Não Sabem
São Paulo	55	30	15
Rio de Janeiro	67	24	9
Belo Horizonte	55	33	12
Porto Alegre	59	31	10
Recife	67	16	17
Salvador	58	22	20
Curitiba	59	22	19
Fortaleza	57	20	23
TOTAL	60	26	13

Fonte: Relatórios de Pesquisas Ibope, 9-26 de março de 1964. Os totais foram ponderados pelo autor com base no eleitorado de cada capital em 1960.

se de representação, com agudo divórcio entre representantes e representados. Rompem-se os vínculos entre os interesses políticos dos primeiros e os de suas respectivas bases. Os principais partidos se fragmentam em processo de acelerada decomposição, e a acentuada desvinculação social torna não representativo o conjunto das instituições parlamentares e de governo. A ruptura dos laços sociais com os grandes partidos, sem que sejam substituídos, concretamente, por novas lealdades

institucionais, faz naufragar o sistema de representação como um todo, com danosa repercussão sobre a reinstitucionalização democrática.

O processo apontado acima não se dá, *ex abrupto*, em 1989. O esgarçamento dos vínculos psicológicos entre partidos e eleitores, visto longitudinalmente, ocorria desde 1984. Tendência que se acentuou a partir do início de 1987, chegando, em julho de 1989, praticamente a 50% o número de eleitores, em pes-

quisa nacional do Ibope, que responderam, em pergunta estimulada com a citação dos partidos, que não tinham nenhuma preferência ou simpatia por qualquer deles?

Para ensejar algum nível de comparação com dados relativos ao período anterior a 1964, apresentamos (Tabela 7) tabulações de respostas a perguntas sem estímulo sobre preferência partidária em quatro capitais no mesmo semestre das eleições municipais de 1988.

TABELA 7
O(a) Sr. (Sra.) tem simpatia ou preferência maior por algum Partido Político? (Espontânea)
(%)

	São Paulo (07/88)	Curitiba (08/88)	Salvador (09/88)	Recife (09/88)
PMDB	10	17	21	11
PT	8	5	2	1
PFL	1	2	1	8
PSDB	2	1	1	—
PDT	—	2	1	2
Outras	5	6	4	1
Nenhum/NS	74	67	70	77

Fonte: Relatórios de Pesquisas Ibope, julho a setembro de 1988.

Em torno de sete, em cada dez eleitores, não mantém qualquer vínculo especial com partidos. O que vai transformando as eleições, principalmente as majoritárias, em um cenário gelatinoso, com elevada instabilidade de apoio ao longo do tempo, no qual tende a prosperar a personalização da política. No cerne, está a erosão, sem substituição, de identificação com o PMDB, que no contexto plebiscitário (final do governo militar) chegara a atrair 2 em cada 3 eleitores dos grandes centros.

E quanto ao sistema partidário na fase anterior a 1964?

Decerto, não é objetivo deste texto idealizar aquele período. E análises como as de Wanderley Guilherme dos Santos forneceram um diagnóstico quase conclusivo sobre os desca- minhos da estrutura partidária tal como refletida no parlamento naquela fase. O mesmo autor apontou, inclusive, a contribuição negativa de fatores legais-institucionais ainda hoje mantidos. A exemplo da não existência de dispositivos que excluíssem partidos com escassa representatividade, da permissão de coalizões em eleições proporcionais, e da permissividade quanto à troca de legendas após os pleitos.

Contudo, pretendemos confrontar com evidências empíricas a ênfase patológica de algumas interpretações que terminaram por dominar a leitura do período.

Tal ênfase ajudou, por exemplo, a fixar no tocante aos partidos de então, um consenso quanto à precariedade de seus vínculos com a sociedade, que, em termos de massa, manteria com eles uma taxa de identificação subjetiva "sempre muito baixa".

A realidade expressa na Tabela 8-A, que contém os dados sobre preferências partidárias dos eleitores às vésperas do golpe, em resposta a questão sem estímulo, é surpreendente. Os dados revelam um sistema partidário bem enraizado na sociedade, reunindo um total de 64% de eleitores com vínculos declarados de adesão psicológica a partidos, nas oito principais capitais brasileiras.

Para que se estime em seu devido significado esses percentuais de adesão ao sistema partidário, salientamos, comparativamente, que embora o agregado de preferências se situasse em patamar inferior ao dos índices correspondentes aos sistemas bipartidários, ocupava posição bem confortável no *ranking*

de países com características de *pluralismo moderado* nos termos sartorianos. Coincidia, por exemplo, com os percentuais anotados, à mesma época, na Alemanha Ocidental (64%) e na França (63%), e superava os percentuais registrados na Bélgica e Luxemburgo, ambos com 58%. Embora ficasse abaixo dos números da Holanda (77%) e da Dinamarca (72%).

A distribuição das preferências não era geograficamente homogênea. Nas capitais do Nordeste e em São Paulo encontravam-se os menores valores agregados, contribuindo para isso, em quase todos esses casos, a falta de uma maior presença do PTB, partido com o qual se identificava a maior fatia do eleitorado dos grandes centros. A menor expressão do trabalhismo nas capitais do nordeste estava associada ao pequeno peso relativo das organizações sindicais, que constituíam sua ossatura no meio urbano. Quanto a São Paulo, isso se devia a uma série de fatores, como disputas internas na seção estadual e estratégias deliberadas de esvaziamento, provenientes da própria direção nacional, analisadas em vários trabalhos.

TABELA 8 - A

Qual é o Partido Político de sua simpatia?

	(%)					TOTAL DE	NENHUM
	PTB	PSD	UDN	PSP	OUTROS		
	PREFERÊNCIAS						
São Paulo	16	5	9	11	12	53	47
Rio de Janeiro	44	7	24	1	5	81	19
Belo Horizonte	23	22	17	1	3	66	34
Porto Alegre	62	6	3	1	8	80	20
Recife	14	8	5	-	4	31	69
Salvador	27	4	12	-	3	46	54
Curitiba	31	6	6	1	9	53	47
Fortaleza	16	15	11	-	3	45	55
TOTAL	29	7	14	5	7	64	37

Fonte: Relatórios de Pesquisas Ibope, 9/26 de março de 1964.
Os totais foram ponderados pelo autor com base no eleitorado de cada capital.

TABELA 8 - B

Qual é o Partido de sua simpatia?

	(%)											
	PTB			PSD			UDN			NENHUM		
	A-B	C	D	A-B	C	D	A-B	C	D	A-B	C	D
São Paulo	10	19	25	7	2	3	14	5	7	47	48	42
Rio de Janeiro	31	51	56	9	8	4	34	18	15	21	19	17
Belo Horizonte	13	29	32	22	18	23	19	17	13	40	33	29
Porto Alegre	50	66	70	9	4	5	4	1	4	24	22	16
Recife	7	18	16	8	10	5	9	3	4	72	68	67
Salvador	23	30	30	6	5	2	13	10	12	55	52	54
Curitiba	18	30	42	4	11	3	12	7	1	47	42	52
Fortaleza	14	15	20	15	18	13	14	13	6	56	49	57

Fonte: Relatórios de Pesquisas Ibope, 9/26 de março de 1964.
Obs: Classe A-B=rica/média; classe C= pobre; classe D= pobre-inferior.

Os dados da Tabela 8-B, onde as mesmas respostas são desagregadas por classes sócio-econômicas, indicam uma razoável delimitação da base social dos principais partidos.

As classes média e alta eram o território especial da presença da UDN que, contudo, começava a sofrer nessa área a competição do PDC em centros como Curitiba e São Paulo. O PSD aí já acusava declínio irremediável, e apenas em Belo Horizonte e Porto Alegre a força das lideranças o fazia sobrepujar a UDN. Porém, mesmo nesse escalão social privilegiado, o trabalhismo mostrava grande pre-

sença, afirmando-se como uma das duas maiores forças partidárias. Em quatro, das oito capitais, o PTB, nas classes A e B, ou superava a UDN — como ocorria em Curitiba, Porto Alegre e Salvador — ou se equiparava a ela (Fortaleza).

Quando a atenção se desloca para as classes pobres, percebe-se uma preferência majoritária pelo PTB em todas capitais. A UDN, na base da pirâmide social, obtinha seus melhores resultados no Rio, Belo Horizonte e Salvador. Enquanto o PSD, nessas classes, assinalava seus maiores percentuais em For-

taleza e Belo Horizonte. Os mais baixos índices de adesão ao PTB entre os pobres, foram registrados em capitais nordestinos (Recife e Fortaleza), onde era alto o número de eleitores refratários e partidos em geral, e em São Paulo, onde o populismo ademarista possibilitava ao PSP obter 9% na classe D.

Como vimos, diferentemente do que ocorre ao final da Nova República, o sistema partidário anterior a 1964 (mantido artificialmente até 1966) alcançava satisfatória inserção no quadro de referências do eleitorado, conquanto enfrentasse diversos obstáculos, alguns removidos atualmente, como a proibição legal à participação dos partidos comunistas. Aquela sistema talvez tenha sido a última chance, perdida, de consolidação de um quadro partidário na nossa sociedade de massa, onde, além da mídia eletrônica, proliferam, também, os estímulos institucionais à personalização da política, a exemplo do regime presidencialista, das eleições parlamentares com coligações partidárias, e do voto proporcional em listas abertas.

Mantido o atual contexto legal-institucional, o Brasil, provavelmente, ingressará no século XXI ainda carente de um sistema partidário sólido, penalizado por não ter cumprido, no seu devido tempo, essa tarefa do processo de desenvolvimento político. Não é fortuito recordarmos que praticamente todas as nações latino-americanas, de alguma expressão, já o fizeram um bom tempo atrás. E a despeito das freqüentes interrupções do processo democrático em várias delas, os principais partidos se mantêm ao longo dos anos e décadas, cumprindo seu papel de organizadores dos diferentes interesses políticos. Isso é verdade no que toca a países como a Argentina, Uruguai, Venezuela, Chile e Bolívia. E vale até para outros, como Colômbia, Peru e México, onde os atuais sistemas partidários já dão sinais de exaustão.

3. Intenção de Voto na Eleição de 1965

Abandonamos, neste tópico, a comparação explícita com a atualidade, ao examinarmos como se esboçava, no primeiro trimestre de 1964, ao nível do eleitorado, a competição relativa ao pleito marcado para o final do ano seguinte.

No início de 1964, as principais candidaturas já estavam postas, embora os boatos de que a esquerda planejava retirar, através de reforma constitucional, os empecilhos legais existentes à postulação do ex-governador Brizola (cunhado do Presidente) e à reeleição de Goulart, alimentassem expectativas de alteração no quadro sucessório.

Concretamente, os nomes mais importantes colocados na mesa da sucessão eram os das principais lideranças no campo da UDN (os governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto), e do PSD (o ex-presidente Juscelino Kubitschek). Apenas o PTB, com seus dois maiores expoentes impedidos de se candidatarem, patinava na mais absoluta indefinição, oscilando entre as alternativas de reverter a velha coligação com o PSD, na trilha das duas eleições anteriores, caminho que os setores

mais à esquerda do Partido não desejavam repetir, ou a de patrocinar uma candidatura própria, com nomes pouco expressivos como Almino Afonso e Santiago Dantas; ou, ainda, a de apoiar um nome fora de seus quadros, mas identificado com as principais teses progressistas do partido, caso do Governador de Pernambuco, Miguel Arraes.

Naquele que foi o último estudo de opinião pública realizado antes da intervenção militar, abrangendo oito capitais, delineava-se a disputa que teria lugar no ano seguinte (Tab. 9).

Entre sete possíveis candidatos, Juscelino, respaldado pela sólida imagem de promotor do desenvolvimento brasileiro, liderava com 28% das intenções de voto nas oito maiores capitais. Em Minas, seu Estado, atingia os me-

lhores índices. Enquanto São Paulo prometia ser, como foram em 1955, seu maior problema eleitoral. A maior força do PSD no interior, onde se situava a principal fatia do eleitorado, lhe propiciava uma situação bastante cômoda.

Carlos Lacerda, Governador da Guanabara, principal líder do radicalismo antigetulista, vinha em segundo lugar, com uma aceitação bastante homogênea no conjunto do País, sobressaindo-se apenas no Estado que governava. Detinha uma porção cativa razoável dos eleitores, mas dificilmente poderia alcançar a vitória. De qualquer forma, Lacerda era, nitidamente, naquela atmosfera de radicalização política, um candidato muito mais competitivo que o seu colega de partido, o Governador de Minas, Magalhães Pinto, líder da área "moderada" que surgia na pesquisa empatado em último lugar.

O terceiro colocado era o ex-governador Carvalho Pinto que, entre junho e dezembro de 1963, ocupara o Ministério da Fazenda. Um nome de expressão reduzida a São Paulo, onde liderava a pesquisa. Embora ali se concentrasse um grande contingente de eleitores, a ausência de dimensão nacional dificultava-lhe a postulação.

Quanto aos outros nomes, a surpresa é constatar que o Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, liderança nacional emergente, empatava com o Presidente do PSP, Ademar de Barros, Governador do maior colégio eleitoral do País. Arraes, cuja ação política, como definiu Prestes, o distinguia de Brizola pela maior sensatez e equilíbrio, era óbvio beneficiário do impedimento legal que afastava do páreo as duas principais estrelas trabalhistas.

TABELA 9

Se a eleição para Presidente da República fosse realizada amanhã em qual destes candidatos votaria?

	Juscelino Kubitschek	Carlos Lacerda	Carvalho Pinto	Miguel Arraes	Ademar Barros	Magalhães Pinto	Alzira Zarur	B/N/NS
São Paulo	22	16	24	3	9	3	1	21
Rio de Janeiro	27	33	4	10	7	2	5	11
Belo Horizonte	52	17	1	5	6	6	2	9
Porto Alegre	18	19	11	10	12	4	1	24
Recife	24	17	4	34	3	0	1	17
Salvador	40	17	3	6	9	3	2	18
Curitiba	32	19	5	2	9	0	3	29
Fortaleza	52	16	2	13	4	0	0	12
TOTAL	28	22	12	8	8	2	2	17

Fonte: Relatórios de Pesquisas (Ibope 9/26 de março de 1964).

Obs.: Foram eliminadas, por aproximação, as decimais das tabelas originais. Os totais foram ponderados pelo autor com base no eleitorado de cada capital em 1960.

Ademar, nessa pesquisa, era prejudicado na sua maior fonte de apoio, São Paulo, pela alternativa do nome de Carvalho Pinto. De todo modo, o apelo do populismo ademarista, em 1964, era (apesar de sua vitória na eleição para Governador em 1962) um produto nacionalmente em franco declínio. Seria impossível repetir o ótimo desempenho do pleito presidencial de 1955, quando teve 26% dos votos. E dificilmente atingiria mesmo os 19% de 1960. Quanto ao lanterninha da pesquisa, Alzira Zarur, dirigente de um político-filantropico Partido da Boa Vontade, representava apenas uma candidatura folclórica, sediada no Rio de Janeiro.

Vale salientar que daquela relação de sete nomes, apenas três já tinham de fato suas candidaturas lançadas, e se moviam nacionalmente procurando granjear apoios: Juscelino, Lacerda e Ademar.

Vejamos como se dividiam os eleitores na mesma pesquisa, quando a lista se reduzia para esses nomes, acrescida do de Magalhães Pinto, totalizando quatro candidatos, aliás, nú-

mero médio de postulantes em todas as eleições presidenciais daquele período.

Através da comparação das Tabelas 9 e 10, verificamos a potencialidade de movimentação das intenções de voto em cada Estado e, por extensão, da utilidade das coalizões, embora essa ilação com base apenas nos dados agregados das duas tabelas esteja longe de ser irrefutável.

Reduzidos a quatro os competidores, Juscelino definia uma ampla maioria de 37%. Aparentemente, chegava a isso por caminhos diferentes em cada capital. Em São Paulo, era o visível beneficiário da exclusão do também "centrista" Carvalho Pinto. Enquanto que no Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza e Porto Alegre nutria-se da ausência da alternativa à esquerda, representada na Tabela 9 por Miguel Arraes. No terreno da UDN, vê-se que, como esperado, Magalhães Pinto colhia um pouco mais que Lacerda os frutos da ausência de Carvalho Pinto. Nada, porém, de significativo. Lacerda era mesmo o melhor nome da UDN para o pleito, embora suas chances diante de Juscelino fossem diminutas. O crescimento de Ademar de Barros nessa lista de quatro nomes também era irrisório, demonstrando

as grandes dificuldades que enfrentaria para ascender até um patamar significativo.

A mais importante conclusão, a mais lembrados os índices de preferência partidária, é que boa parte do eleitorado, adepta do PTB, mesmo em meio à crise e à radicalização das elites políticas, na impossibilidade das candidaturas de Brizola ou Goulart, dispunha-se a sufragar o nome de Juscelino, reiterando nas urnas, em 1965, a aliança que dera estabilidade política ao País a partir de 1955.

A preferência majoritária por Juscelino, preferência que dificilmente sofreria alterações radicais devido à própria estrutura dos meios de comunicação da época, partia, principalmente, de eleitores que se situavam ao centro do espectro ideológico existente, quando era muito mais freqüente e inteligível o recurso a arquétipos espaciais para descrever os políticos. A opinião pública, no auge da crise, ainda estava psicologicamente comprometida, em sua maioria, com os valores que se equilibravam entre a eferescência da "esquerda" e da "direita", e terminaria vitimada pelo desinteresse que se apoderara do governo e da oposição quanto à manutenção das regras democráticas.

TABELA 10
E se tivesse que escolher entre estes?
(%)

	Ademar Barros	Juscelino Kubitschek	Carlos Lacerda	Magalhães Pinto	B/N/NS
São Paulo	10	32	22	8	28
Rio de Janeiro	8	36	34	6	16
Belo Horizonte	6	54	19	9	12
Porto Alegre	16	25	24	13	21
Recife	6	45	19	4	25
Salvador	9	45	18	6	21
Curitiba	11	36	19	1	33
Fortaleza	5	60	16	3	15
+Tot/	9	37	25	7	23

Fonte: Relatórios de Pesquisas Ibope, 9/26 de março de 1964. Os totais foram ponderados pelo autor com base no eleitorado de cada capital em 1960.

Em junho/julho de 1963, perguntados sobre os caminhos mais indicados para o Brasil, uma maioria expressiva de eleitores (45%) já apontara a perspectiva do "centro" (equiparada na questão às posições de Juscelino e Magalhães Pinto), como a que melhor convinha ao País.

Os números apresentados na Tabela 11, em parte foram influenciados pela formulação da questão, o que explica traços singulares em algumas unidades da Federação, mas no

geral fornecem um perfil valioso, sob o aspecto considerado, das opiniões da sociedade brasileira, um quarto de século atrás.

Em capitais como São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, Fortaleza e Belém, na auto-identificação dos entrevistados, o "centro" ultrapassava a "esquerda" e a "direita" somados. Histórias políticas peculiares, além da menção aos principais líderes estaduais, faziam a "esquerda" ser a opção majori-

tária em duas capitais: Recife e Porto Alegre. A "direita", entre todas as alternativas, não conseguia predomínio em nenhuma capital.

Mas, no cotejo isolado com a "esquerda", ultrapassava esta nas três principais capitais (São Paulo, Guanabara e Belo Horizonte) e em cidades menores como Belém e Niterói. "Centro", "direita e esquerda": era nessa ordem decrescente que se distribuía a sociedade nos grandes centros urbanos.

TABELA 11
Destas 3 hipóteses qual a seu ver a mais indicada para ser adotada
pelo governo do Brasil?

- Seguir a linha da chamada "direita" cujos representantes seriam Carlos Lacerda e Ademar de Barros.
- Seguir a linha do "centro" representada por Magalhães Pinto e Juscelino Kubitschek.
- Seguir a linha da chamada "esquerda" cujos representantes seriam Leonel Brizola e Miguel Arraes?

(%)

	Direita	Centro	Esquerda	Não sabem
São Paulo	21	51	16	12
Guanabara	33	38	17	12
Belo Horizonte	17	62	11	10
Porto Alegre	13	21	46	20
Recife	14	36	39	11
Salvador	12	49	24	15
Fortaleza	11	59	15	15
Curitiba	15	49	14	22
Belém	19	54	10	17
Niterói	37	30	13	20
Total	23	45	19	13

Fonte: Relatórios de Pesquisas Ibope, junho/julho de 1963. Os totais foram ponderados pelo autor com base no eleitorado de cada capital em 1960.

Essa maioria "centrista" tendia a apoiar algumas reformas preconizadas pelos "progressistas" principalmente a Reforma Agrária, vista como necessária por 72% dos eleitores das principais capitais, como aparece na tabela 12.

A opinião predominantemente favorável à mudança da estrutura agrária não se restringia aos setores mais pobres. Atravessava os diver-

sos grupos sociais, como demonstram os números relativos a São Paulo. Na capital paulista, eram partidários dessa posição: 62% das classes A/B (Rica-Média); 71% da classe C (pobre); e 67% da classe D (pobre inferior).⁽¹⁹⁾

Contudo, o *modus faciendi* da Reforma Agrária suscitava caminhos menos consensuais. Assim, no total das oito capitais pesqui-

sadas, 40% julgavam que era necessário, para efetuar-la, proceder a reforma da Constituição; 30% achavam que isso não se fazia necessário; enquanto que 30% se declaravam sem opinião.⁽²⁰⁾

Ainda com relação ao tema polêmico do pagamento da indenização aos proprietários das terras a serem desapropriadas, notava-se a dominância das teses que procuravam evitar

prejuízos materiais aos futuros desapropriados. 30% entendiam que o pagamento deveria ser feito com títulos reajustáveis contra a inflação, com vencimento certo; 26% com dinheiro à vista; 17% com títulos do Governo; e 27% não tinham opinião a respeito.⁽²¹⁾

O apoio público à Reforma Agrária pode ser mensurado, também, na mesma pesquisa, pelas respostas a uma questão que indagava a posição dos entrevistados quanto ao conteúdo do decreto anunciado pelo Presidente no famoso comício do dia 13 de março, que de-

clarava sujeitas a desapropriação as propriedades de mais de 100 hectares situadas numa faixa de 10 quilômetros à margem de rodovias ou ferrovias federais, e as terras de mais de 30 hectares, situadas nas bacias dos açudes públicos federais.

TABELA 12
Na sua opinião é ou não necessária a realização de uma Reforma Agrária no Brasil?
(%)

	Necessária	Desnecessária	Não Sabem
São Paulo	66	13	21
Rio de Janeiro	82	9	9
Belo Horizonte	67	16	17
Porto Alegre	70	17	13
Recife	70	7	23
Salvador	74	9	17
Fortaleza	68	13	19
Curitiba	61	11	28
Total	72	11	16

Fonte: Relatórios de Pesquisas Ibope, 9/26 de março de 1964. Os totais foram ponderados pelo autor com base no eleitorado de cada capital em 1960.

Era esmagadora, conforme demonstra a tabela 13, a maioria que concordava com a medida (60%). Infelizmente, o decreto representara, mais que uma disposição do Governo Goulart de iniciar indiretamente a transformação da estrutura agrária, a sinalização do confronto com o Congresso, que havia imposto ao Executivo a limitação intransponível do obrigatório pagamento em dinheiro pelas desapropriações.

Os valores dessa opinião pública majoritariamente "centrista", que apoiava em linhas

gerais o Governo Goulart, e — dentro de certos limites — algumas das reformas anunciadas pelo Presidente, moviam-se em um espaço ideológico estreito, o que, não raro levava-a a oscilar entre posições características da "esquerda" e da "direita" do espectro.

Como exemplo, os eleitores mineiros, paradigmático colégio eleitoral representativo do "centro", perguntados a respeito de um conjunto de temas, em pesquisa realizada em setembro de 1963, declaravam preferir um can-

didato presidencial favorável a Reforma Agrária (50%) do que um com posição contrária (27%). E expressavam o desejo de que houvesse uma aliança entre Juscelino e Goulart na eleição de 1965 (51% contra 31% que eram contrários).⁽²²⁾ Ao mesmo tempo, 76% deles manifestavam oposição ao voto dos analfabetos e 23%, apenas, eram favoráveis. O ranço anticomunista aparecia nas restrições postas pelos mineiros ao incremento do comércio com os países socialistas: 63% eram contrários, e 24% favoráveis.

TABELA 13
Em princípio, o Sr. (a) é favorável ou contrário à desapropriação das terras que margeiam os açudes, ferrovias e rodovias federais?
(%)

	Favoráveis	Contrários	Não Sabem
São Paulo	56	21	23
Rio de Janeiro	66	19	15
Belo Horizonte	54	22	24
Porto Alegre	63	22	15
Recife	59	13	28
Salvador	55	11	34
Curitiba	55	17	28
Fortaleza	60	14	26
Total	60	19	21

Fonte: Relatórios de Pesquisas Ibope, 9/26 de março de 1964. Os totais foram ponderados pelo autor com base no eleitorado de cada capital em 1960.

De resto, o anticomunismo, que como já chamamos atenção foi competentemente manipulado pelo *marketing* da "Revolução de 64", não era privilégio dos mineiros, nem se radicava apenas nas áreas culturalmente mais atrasadas. A Tabela 14 mostra todo o seu peso nas principais capitais. 76% eram contrários à legalização do PC.

4. A Guisa de Conclusão: As Agendas de 1965 e 1989.

Em meio à crescente polarização das lideranças sociais, econômicas e políticas, de "esquerda" e "direita", cuja organização se traduzia em siglas como FPN, ADP, IPES, PUA, CGT, UINE, que freqüentemente competiam em relevância com os partidos, a opinião pú-

blica brasileira estava ancorada, em sua maioria, ao "centro". Partidariamente, esse centro era atravessado por diversas legendas. Por ele trafegavam o setor moderado da UDN (até o final de 63), o setor pragmático do PTB, e era uma figura do PSD, Juscelino Kubitschek, a principal liderança desse espaço ideológico.

No que concerne a políticas públicas, esse "centro" não era imobilista. Deferentemente do que ocorre ao final da Nova República, o Governo gozava de sua simpatia e razoável

credibilidade. As principais reformas poderiam vir a ser viabilizadas com seu apoio. Provavelmente, seu voto produziria nas eleições parlamentares de 1966 uma correlação de forças

mais favorável ao PTB no Congresso. Esse "centro, ademais via com bons olhos a reiteração da parceria entre o PSB e o PTB, que possibilitará a vitória de Jucelino em 1955...

TABELA 14
Em princípio, o(a) Sr. (a) é favorável ou contrário à legalização do Partido Comunista no Brasil?
(%)

	Contrários	Favoráveis	Não Sabem	Não Opinaram
São Paulo	77	13	10	-
Rio de Janeiro	75	16	9	-
Belo Horizonte	84	10	6	-
Porto Alegre	77	18	5	-
Recife	65	20	13	2
Salvador	75	12	9	4
Fortaleza	69	19	11	1
Curitiba	83	7	10	-
Total	76	14	9	0

Fonte: Relatórios de Pesquisas Ibope, 9/26 de março de 1964.
Os totais foram ponderados pelo autor com base no eleitorado de cada capital em 1960.

Nos estertores do regime civil, não havia indícios de que a opinião pública reproduzisse no seio, com igual intensidade, o áspero conflito das elites políticas. As manifestações públicas certamente não tinha um sentido tão unívoco quanto pretendiam as lideranças,

Contrastando com a ansiedade de alguns expoentes da "esquerda", dispostos a atropelar o Congresso (estimulados pela impossibilidade de Goulart ou Brizola disputarem a eleição de 1965), e o medo da "direita" civil e militar, temerosa da não realização das eleições (e, talvez, já insatisfeita com os prováveis resultados...), a opinião pública definia, pragmaticamente, a agenda de temas da campanha presidencial de 1965. A preocupação com

o "combate à inflação" vinha em primeiro lugar com 40%, sucedida pelo "problema da agricultura" (nele incluída, naturalmente, a questão da Reforma Agrária) com 25%. Em terceiro lugar, 18% dos eleitores apontavam o "desenvolvimento econômico", seguido do "problema social" (14%) e da "política externa" (4%). Era página virada a ênfase na moralidade administrativa e uma certa rejeição à política, que presidiram o pleito de 1960. A experiência frustrante com Jânio Quadros havia arquivado o tema.

A comparação com a agenda dos dias atuais, na Tabela 15, é bastante útil para compreendermos a distância que nos separa do Brasil pré-64, ao mesmo tempo em que identificamos a origem de alguns dos nossos pro-

blemas. A agenda vocalizada pela opinião pública em 1989, que expõe novas questões como a ecologia (6%), expressa um país que, além da conjuntura inflacionária e da dívida externa, vive, fundamentalmente, uma dramática crise social, e do qual desapareceu a mística "desenvolvimentista". A não consecução da Reforma Agrária nos anos 50 e 60, contribuiu, decisivamente, para o cenário caótico dos nossos grandes centros urbanos, onde agora se concentra a maior parte da população brasileira. Ao lado da crise social, a crise de moralidade das instituições estatais volta à cena, assumindo, aos olhos de parcela significativa do eleitorado, o papel de fator explicativa de todas as demais crises que fustigam a Nação.

TABELA 15
Principais Problemas do País.
(%)

	Março de 1964	Julho de 1989
Combate e Inflação	40	49
		Inflação
		6
		Melo Ambiente
Desenvolvimento Econômico		18
		26
		Corrupção Governamental
Problema da Agricultura	25	
Política Externa	4	20
		Dívida Externa
		41
		46
		14
Problema Social	14	20
		11
		51
		Educação
		Saúde
		Habitação
		Segurança
		Desigualdade Social
		Desemprego
Não Sabem	13	4
		Não Sabem

Fonte: Relatórios de Pesquisas Ibope, março de 1964 (oito capitais) e julho de 1989 (amostra nacional).

Obs: Os totais ultrapassam 100% pela possibilidade de múltiplas respostas. Em 1989 os entrevistados foram estimulados a fornecer três indicações. Os totais referentes a 1964 foram ponderados pelo autor com base no eleitorado de cada capital em 1960.

NOTAS

1. Já é bastante extensa a bibliografia acerca da crise que o País atravessou no início dos anos 60 e que culminaria no Golpe Militar de 1964. Entre as obras mais respeitadas, destacam-se: Gláucio Ary Dillon Soares, *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo, Difel, 1973; Francisco C. Welfort, *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; Thomas Skidmore, *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. Hélio Jaguaribe, *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969. Wanderley G. dos Santos, *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*, São Paulo, Vertice, 1986.

2. Estudados no tocante ao período pré-64 por Santos, *op. cit.*

3. Infelizmente, não há registro eletrônico dos dados dessas pesquisas. Conta-se, apenas, com relatórios datilografados, sem qualquer possibilidade de se proceder novos cruzamentos ou outras estatísticas. Apesar dessas limitações, representa um notável acervo de informações coletadas com metodologia que paulatinamente se aperfeiçoava. As amostras utilizadas nessas pesquisas já eram estratificadas quanto a sexo, grupo de ocupação e distribuição geográfica, e aleatórias quanto às demais características do eleitorado. As pesquisas de 1963 utilizaram amostras de 500 elementos nas maiores capitais e 300 nas demais. Nas pesquisas de 1964 o número de elementos nas menores capitais cresceu para 400.

4. E o caso não só de pesquisas do Ibope sobre preferência partidária realizadas em 1965, como também de uma pesquisa acadêmica conduzida por Antônio Octávio Cintra, "Os Partidos Políticos em Belo Horizonte: um Estudo do Eleitorado", in *Revista Dados*, nº 5, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1968.

5. Soares, *op. cit.*, página 233.

6. Thomas Skidmore, "Politics and Economic Policy Making in Authoritarian Brazil, 1937 — 71" in Alfred Stepan (ed), *Authoritarian Brazil*. New Haven, Yale University Press, 1973. Páginas 4 e 5, (tradução do autor).

7. Celso Furtado, *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. Página 176.

8. Os percentuais obtidos por Goulart disputando a Vice-Presidência da República em 1960, nessas capitais foram: São Paulo — 31%; Rio de Janeiro — 24%; Belo Horizonte — 32%; Recife — 36%; Porto Alegre — 33%; Salvador — 38%; Curitiba — 29%; Fortaleza — 46%. Fonte *Dados TSE*, 1973.

9. Relatório de Pesquisa Ibope, julho de 1989. Amostra nacional com 3.753 entrevistados.

10. Relatório de Pesquisas Ibope, julho, agosto e setembro de 1989.

11. Devemos assinalar a respeito, que conforme temos sistematicamente observado em diferentes conjunturas eleitorais, no Brasil a proximidade das eleições distorce o quadro "normal" de preferências partidárias, sob influência das intenções de voto. De qualquer

modo, nesses casos, tende a ser inflado o agregado de preferência.

12. Santos, *op. cit.*

13. Wanderley Guilherme dos Santos, *Crise e Castigo*. São Paulo, IUPERJ/Vertice, 1987.

14. Este consenso foi identificado entre outros, por Bolívar Lamounier e Rachel Meneguello, *Partidos Políticos e Consolidação Democrática*, São Paulo, Brasiliense, 1986. Página 49.

15. Giovanni Sartori, *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

16. A análise mais metódica da trajetória do PTB paulista é a de Maria Victória Benevides, *O PTB e o Trabalho*. São Paulo, Cedec/Brasiliense, 1989.

17. Ao que indica a formulação de algumas questões, a pesquisa foi encomendada ao Ibope, pelo Governo de Minas Gerais. Magalhães Pinto foi um dos primeiros políticos brasileiros a utilizar sistematicamente pesquisas de opinião.

18. Ver a respeito o depoimento de *Luís Carlos Prestes* e outros autores daquela fase in Denis de Moraes, *A Esquerda e o Golpe de 64*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989.

19. Pesquisas Ibope, 9/26 de março de 1964.

20. *Ibid.*

21. *Ibid.*

22. Nesta pesquisa do Ibope, com amostra restrita à Minas Gerais, perguntava-se, também, dentre as Reformas de Base qual ou quais os entrevistados consideravam mais urgentes. Obteve-se as seguintes respostas:

Reforma Agrária	38%
Reforma Eleitoral	17%
Reforma Bancária	12%
Reforma Tributária	3%
Reforma Urbana	3%
Não sabem	27%

Fonte: Relatório de Pesquisa do Ibope realizada em Minas Gerais, entre 26 de agosto e 5 de setembro de 1963 junto a uma amostra estratificada de 1.400 eleitores.

23. *Ibid.*

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Leopoldo Peres — Áureo Mello — João Menezes — Edison Lobão — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Francisco Rollemberg — Jutahy Magalhães — Ruy Bancelar — Gerson Câmara — João Calmon — Jamil Haddad — Ronan Tito — Severo Gomes — Pompeu de Sousa — Mendes Canale.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão Diretora aprovou, em reunião de 28 do corrente, os requerimentos nº 489 e 490, de 1989, do Senador Jutahy Magalhães, 497 a 499, de 1989, do Senador Jamil Haddad e 500, de 1989, do Senador João Menezes, de informações solicitadas aos Ministros dos Transportes, Fazenda, Exército, Marinha e Aeronáutica. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1 de 1989, de autoria do Senador João Menezes e outros Senhores Senadores, que altera os prazos estabelecidos no § 6º do art. 14, para desincompatibilização do Presidente da República, dos Governadores de Estado, do Distrito Federal e dos Prefeitos, tendo

PARECER, sob nº 145, de 1989,

— *Da Comissão Temporária*, favorável ao prosseguimento da tramitação da matéria, com voto vencido dos Senadores Chagas Rodrigues e Maurício Corrêa.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão ordinária anterior, tendo sua votação adiada por falta de *quorum*.

Em obediência ao disposto no art. 168, do Regimento Interno, não será procedida a votação de proposição nas sessões das segundas e sextas-feiras.

Assim sendo, a matéria permanece em Ordem do Dia, em fase de votação, até terça-feira, quando esta poderá ser processada.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

Item 2:

Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1986 (nº 3.332/84, na Casa de origem) que altera dispositivos da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para estender aos empregados da indústria petroquímica e de refinação de petróleo, sujeitos ao regime de escala de revezamento, direito à jornada de trabalho de seis horas.

A Presidência, nos termos do art. 334, a, do Regimento Interno, e conforme o Parecer nº 58, de 1989, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, declara prejudicado o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1986. (Pausa)

Não havendo objeção do Plenário, a matéria vai ao Arquivo, feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Souza)

Item 3:

Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1986 (nº 4.048/84, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS e dá outras providências.

A Presidência, nos termos do art. 334, a, do Regimento Interno, e conforme o Parecer nº 58, de 1989, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, declara prejudicado o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1986. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, a matéria vai ao Arquivo, feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

Item 4:

Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1986 (nº 1.934/83, na Casa de origem), que garante a todo contribuinte da Previdência Social com 10 (dez) ou mais anos de contribuição, e a seus dependentes assistência médica integral.

A Presidência, nos termos do art. 334, a do Regimento Interno, e conforme o Parecer nº 58, de 1989, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, declara prejudicado o Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1986. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, a matéria vai ao Arquivo, feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

Item 5:

Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1986, (nº 3.363/84, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A Presidência, nos termos do art. 334, a do Regimento Interno, e conforme o Parecer nº 58, de 1989, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, declara prejudicado o Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1986. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, a matéria vai ao Arquivo, feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho, que falará como Líder.

O SR. JARBAS PASSARINHO PRONUNCIANDO DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES PRONUNCIANDO DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Olavo Pires.

O SR. OLAVO PIRES (PTB — RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, temos observado, ultimamente, com alegria e esperança, uma preocupação universal com a defesa dos recursos naturais e a preservação das riquezas ecológicas. A humanidade compreendeu, afinal, a magnitude de uma luta na

qual diariamente se engajam novos combatentes, pela causa da natureza, herança de todos nós.

A despeito disso, percorrendo uma vez mais o interior de meu Estado, nas lindas com a Bolívia, tive o desprazer de comprovar que os predadores de nossa flora, fauna e solo, estão desenvolvendo suas ações deletérias com muito maior intensidade, em consequência não só da ineficiência dos organismos federal e estadual responsáveis por seu resguardo, bem como pelo estímulo aos vândalos, dado pela impunidade daqueles que, flagrados na prática de ilícitos, nem sequer são submetidos a processos ou simplesmente multados.

E quando eu digo vândalos, me refiro àqueles que realmente danificam, prejudicam a natureza prejudicam a ecologia; não me refiro, óbvia e especificamente, aos madeireiros, aqueles que retiram as árvores necessárias e muitas vezes até com seu tempo de vida útil já ultrapassado, para poderem movimentar uma ala, um setor da economia do Estado, — principalmente do que represento, o Estado de Rondônia —, que é o setor madeireiro.

Nem tudo está perdido; louvável é o trabalho anônimo de muitas comunidades. Foi, Sr. Presidente e Srs. Senadores, com satisfação e entusiasmo que aplaudi a luta pioneira e ferrenha travada pela praia de Guajará-Mirim na proteção de nosso patrimônio natural e da conservação incólume das reservas indígenas. Líder esse admirável movimento o Bispo Dom Geraldo Verdier, figura humana e responsável, dedicada à causa dos humildes que é com quem tive a feliz oportunidade de debater a questão e que me fez entrega de extraordinário documento elaborado por sua Diocese, intitulado: Proteção ao "Santuário Ecológico" do Guaporé, que incorpo ao meu discurso para que obtenha maior divulgação e fique registrado nos Anais desta Casa:

PROTEÇÃO DO "SANTUÁRIO ECOLÓGICO" DO GUAPORÉ

A devastação da selva amazônica, ao longo das estradas de colonização de Rondônia, atingiu um grau que alarma o País inteiro e até mesmo instâncias internacionais.

A mesma devastação ameaça seriamente uma região considerada como o "santuário ecológico" do Guaporé.

É preciso mobilizar todas as forças antes que o irreparável aconteça. Neste intuito, a Diocese de Guajará-Mirim, através de seus agentes de pastoral (161 leigos, religiosos, padres e bispos) reunidos em assembleia geral, de 20 a 23 de outubro de 1988, vem:

1. Alertar sobre as grandes derrubadas e queimadas que já atingiram o Alto Guaporé, na região situada entre o Município de Cerejeiras, no Estado de Rondônia, e o próprio Estado de Mato Grosso.

2. Pedir uma fiscalização mais rigorosa contra a pesca predatória e a caça contra animais em vias de desaparecimento.

3. Solicitar das autoridades brasileiras um acordo com a vizinha República da Bolívia, para a mesma rigorosa preservação da fauna amazônica.

4. Dentro deste "santuário ecológico" do Guaporé existem homens e mulheres, que são protetores e defensores naturais da fauna e da flora: em primeiro lugar, os indígenas. Seu território deve ser intocável, assim como sua cultura ancestral. Primeiros habitantes destas matas, eles nunca depredaram...

Em segundo lugar, os ribeirinhos dos rios Marmoré, Guaporé e afluentes, que vivem em perfeita harmonia com a natureza.

Uns e outros têm que ser protegidos contra os invasores que chagam afã de rendimento, à custa da riqueza natural da região.

5. O turismo sistemático e muito organizado pode gerar modificações substanciais à estrutura econômica e à maneira de viver dos nativos. O turismo aceitável é aquele que se adapta à condições de vida locais, modestas mas razoáveis, para quem gosta do contato singelo com o homem e a natureza.

6. Num sentido de colaboração apresentamos, ainda, algumas sugestões concretas:

a) que a Empresa de Navegação de Rondônia (Enaro) mantenha nos rios Marmoré e Guaporé, além das flutuações políticas, um serviço regular e eficiente, com embarcações do tipo "Chata", adaptadas aos nossos rios e capazes de navegar em época de águas baixas. A Enaro deverá ser subvencionada pelo Governo, pois o ribeirinho não tem condições de financiar a manutenção dessa navegação. Apenas poderá contribuir de maneira razoável para sua passagem e o frete de seus produtos;

b) que as populações ribeirinhas recebam igualmente um atendimento funcional, médico regular:

— em época de cheia, uma embarcação simples, sem luxo, mas funcional, poderá ser suficiente e mais eficiente.

— em época de seca, um deslizador de 25 HP, localizado em Costa Marques, deverá ficar de prontidão para os casos de doença grave. (A esse respeito consideramos que a lancha *Seringueiro V*, de Costa Marques, é um verdadeiro "elefante branco", absolutamente inadequada às necessidades do Alto Guaporé e muito dispendiosa para os cofres do Estado);

— enfim, deixar em bom estado de utilização as pistas de pouso das localidades de Rolim de Moura do Guaporé, Pedras Negras e Surpresa, para qualquer emergência maior.

Desta forma, esperamos que o "santuário ecológico" do Guaporé, continue sendo um dos mais preciosos patrimônios de Rondônia e da humanidade.

Dom Geraldo Verdier

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, e por uma questão de justiça, louvo o trabalho sério, eficiente e produtivo que vem sendo desenvolvido pelo Ibama, órgão esse chefiado pelo operoso Jornalista Fernando César Mesquita. Malgrado o excesso de alguns fiscais, o trabalho tem sido efetuado com competência, com racionalidade e com observância, principalmente na defesa dos interesses da ecologia e da fauna brasileira.

Realmente, com o advento do Ibama, a defesa do meio ambiente no Brasil está vivendo uma fase melhor. Inobstante dispor de poucos meios financeiros e de um efetivo, em pessoal, reduzido, diante da magnitude da atuação no campo ecológico e também das necessidades, a conservação, a preservação e defesa dos ecossistemas estão sendo comandadas por mãos firmes, corajosas e honradas, que são as mãos do nosso amigo Fernando César Mesquita.

A proteção à flora, à fauna e aos cursos de água começa a ser uma realidade. A ação contra os predadores faz-se presente em todo o País, em especial na Amazônia, apesar de as queimadas continuarem. Na semana passada mesmo, percorrendo todo o Estado de Rondônia, pude observar a incidência tremenda das queimadas, que não só prejudicam o ecossistema, o solo como um todo, mas também representam grande perigo para quem pratica aviação na Região, pois a visão se torna praticamente zero, pior, inclusive, do que quando se voa enfrentando os fluidos e as cerrações naturais.

Concluindo esses registros, Sr. Presidente Srs. Senadores, faço um apelo ao nosso Presidente José Sarney e ao Ministro do Interior, para que não se esqueçam de incluir no Orçamento recursos que permitam ao Ibama cumprir com eficiência a sua nobilitante missão.

Encerrando, solicito à Mesa Diretora envie cópia do meu pronunciamento ao Senhor Presidente da República, ao Sr. Ministro do Interior e ao Sr. Presidente do Ibama. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello. (Pausa)

S. Ex.^o não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacelar.

O SR. RUY BACELAR (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ocupo a tribuna desta Casa para tratar sobre o sisal, que é uma cultura com o rosto do Nordeste. A seca é um dos grandes problemas de nossa região, mas o sisal com ela convive e a ela se adapta. Introduzida na Bahia no início do Século, tornou-se uma planta inteiramente adaptada às condições climáticas do semi-árido, por possuir considerável resistência às longas estiagens.

Hoje estima-se em 190.000 hectares o total de área plantada com o sisal na Bahia, envolvendo 17 microrregiões do Estado e 128 municípios. Nas microrregiões maiores produtoras de sisal — Serrinha, Jequié, Senhor do

Bonfim, Piemonte da Diamantina e Sertão de Canudos —, temos mais de 1.800.000 pessoas, o que representa 20% da população da Bahia. Calcula-se que vivem do sisal hoje, de 120 a 150 mil famílias.

É exatamente da força do trabalho do baiano, do povo sofrido do semi-árido — maior produtor do Brasil — que nosso País se mantém como o maior produtor e exportador de sisal do mundo.

Mas essa grandeza produtiva não se traduz em riqueza na Região, mas sim em abandono do Poder Público e no empobrecimento de sua população.

Ao lado da pequena propriedade, característica marcante da cultura sisaleira, coexiste a grande propriedade, a qual com um percentual em torno de 10% abarca quase 70% de toda a área existente.

As relações de produção e as condições vivenciadas pelos trabalhadores são quase "medievais", uma vez que, além da inexpressividade do contingente de assalariados, dos poucos rendimentos, a insalubridade e a insegurança rondam o seu cotidiano.

Não há numa só família de trabalhadores, grupos de amigos ou vizinhos que não tenha alguém com uma e, às vezes, as duas mãos ceifadas pelas terríveis máquinas "paraibanas". Diríamos "isto foi coisa do passado", pois, desde 1985, o Ministério do Trabalho obrigou ao uso de um dispositivo nas máquinas que reduziria os acidentes. A Portaria existe sim, mas não é cumprida, sobretudo pelo completo desinteresse do Governo Federal em relação a esta Região.

Com a concorrência dos sintéticos a economia sisaleira passou a enfrentar uma crise permanente, principalmente a partir de 1972 quando o prolipropileno passou a ser utilizado na produção de fios agrícolas.

Mesmo com as transformações que se efetivaram desde então, a crise permanece.

Por isto, deve-se assinalar, a permanência da força da economia sisaleira se faz à custa da baixa remuneração dos agricultores, das suas precárias condições de trabalho, enfim da sua miséria.

O que se transformou mesmo foram os setores de industrialização e de exportação, sem nenhuma vinculação direta com matéria-prima e a terra.

Com isto não queremos obscurecer a sua importância, pois são setores estratégicos fundamentais para a nossa competitividade e ação no mercado exterior. Mas o que queremos ressaltar é a nossa discórdância em relação à distribuição da riqueza, que beneficia apenas os oligopólios ligados a estes setores. O nosso compromisso não é apenas com a tecnologia e divisas, mas com tecnologias e divisas que proporcionem uma melhoria efetiva das condições da região sisaleira e da qualidade de vida do seu povo.

Para tanto, torna-se indispensável o desenvolvimento de uma política agrícola condizente com as necessidades e a riqueza produzida pelo Nordeste brasileiro.

É preciso que se retire o atraso técnico-agrícola da lavoura sisaleira, com a introdução

de tecnologias que envolvam desde o plantio até o desfibramento.

A utilização da planta em sua totalidade, da fibra aos seus subprodutos é a perspectiva de redenção da cultura, proporcionando maior produtividade e a sobrevivência de milhares de famílias. Torna-se necessário que se considere fundamental a uma política agrícola, o escoamento da produção e isto depende sobretudo da melhoria das estradas federais — hoje em péssimas condições — que inter-relacionam os produtores com os municípios armazenadores.

Mas tudo isso se relaciona com o estabelecimento dos preços mínimos pagos ao produtor, hoje pautados apenas em privilegiar os grandes oligopólios. Sem o estabelecimento de preços justos, condizentes com o custo da produção, jamais incentivaremos o trabalho e jamais promoveremos a distribuição real de riquezas e a justiça social.

Em bom momento a Constituinte Estadual da Bahia, por iniciativa do Deputado Constituinte Luiz Pedro Irujo, aprovou emenda criando o Conselho Estadual do Sisal e o Centro de Pesquisa e Tecnologia do Sisal, que caso venha a se concretizar será de real valia para a região sisaleira.

Mas nós sabemos que uma política fundiária, uma política das relações de trabalho, uma política agrícola, a melhoria das estradas e o preço mínimo são antes que tudo atribuição do Governo Federal.

Já não quero criticar o atual Governo — o que fiz durante todo o meu mandato — por sua inoperância, incompetência e desprezo por minha região, pois agora o fazem todos os "pongadores" das suas benesses.

Aos "mortos" — o atual Governo — basta um epitáfio: "o povo não os esquecerá". Aos "vivos" — esta Casa, a Câmara dos Deputados, o futuro Governo — cabe alertar: o Nordeste vai continuar produzindo riqueza. Transformem esta riqueza, na riqueza da região, na riqueza do seu povo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Lembro aos Srs. Senadores que o tempo destinado aos oradores do expediente da sessão ordinária de segunda-feira será dedicado a homenagear o "Dia Nacional do Vereador", nos termos do Requerimento nº 429, de 1989, aprovado em 23 de agosto do corrente ano.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a ordinária de segunda-feira, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1989, de autoria do Senador João Menezes e outros Senhores Senadores, que altera os prazos estabelecidos no § 6º do art. 14, para desincompatibilização do Presidente da República, dos

Governadores de Estado, do Distrito Federal e dos Prefeitos, tendo

PARECER, sob nº 145, de 1989,

— da Comissão Temporária, favorável ao prosseguimento da tramitação da matéria, com voto vencido dos Senadores Chagas Rodrigues e Maurício Corrêa.

— 2 —

**MATÉRIA A SER DECLARADA
PREJUDICADA**

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1986 (nº 4.251/84, na Casa de origem), que dá nova redação ao inciso III do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

— 3 —

**MATÉRIA A SER DECLARADA
PREJUDICADA**

Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1986 (nº 4.818/84, na Casa de origem), que introduz

dois parágrafos ao art. 626 da CLT, fixando a competência dos sindicatos para exercer a fiscalização das normas de proteção ao trabalho.

— 4 —

**MATÉRIA A SER DECLARADA
PREJUDICADA**

Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1986 (nº 4.799/84, na Casa de origem), que reduz o prazo para o pagamento de salários.

— 5 —

**MATÉRIA A SER DECLARADA
PREJUDICADA**

Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1986 (nº 2.388/83, na Casa de origem), que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar maior autonomia de trabalho aos membros das Co-

missões Internas de Prevenção de Acidentes — Cipa.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas.)

**PORTARIA
Nº 50, de 1989**

O Primeiro Secretário do Senado Federal, no uso das suas atribuições regimentais, resolve:

designar ALAYLSON RIBEIRO PEREIRA, Assessor Legislativo, SÉRGIO OTERO RIBEIRO, Técnico Legislativo, e LUIS FERNANDO LAPAGESSE ALVES CORREA, Técnico em Comunicação Social para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Inquérito, incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 006095/88-7.

Senado Federal, 28 de setembro de 1989.

— Senador *Mendes Canale*, Primeiro Secretário.